



**Centro Universitário de Brasília**  
**Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**CAROLINA DE SOUZA DA SILVA**

**O MULTICULTURALISMO NO CANADÁ E OS DESAFIOS PARA O  
BRASIL: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS MULTICULTURALISTAS**

Brasília  
2013

**CAROLINA DE SOUZA DA SILVA**

**O MULTICULTURALISMO NO CANADÁ E OS DESAFIOS PARA O  
BRASIL: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS MULTICULTURALISTAS**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em História, Sociedade e Cidadania.

Orientador: Prof. MSc. Raquel Boing Marinucci

Brasília  
2013

**CAROLINA DE SOUZA DA SILVA**

**O MULTICULTURALISMO NO CANADÁ E OS DESAFIOS PARA O  
BRASIL: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS MULTICULTURALISTAS**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em História, Sociedade e Cidadania.

Orientador: Prof. MSc. Raquel Boing Marinucci

Brasília, 11 de novembro de 2013.

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

Prof. Dr. Maria Inês Malta Castro

**Dedico este trabalho a todos que acreditam que a convivência multicultural dentro de uma sociedade pode ser uma boa saída para provocar o fim da intolerância da diferença entre os indivíduos.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente pelo altíssimo profissionalismo e pela atenção, dedicação e excelente orientação dadas a mim para o desenvolvimento deste trabalho pela professora Raquel Boing Marinucci, que não só me orientou, mas me ensinou muitas maneiras de se produzir uma escrita clara, sucinta e acadêmica para leitores e examinadores. Seus vastos conhecimentos enriqueceram o meu pensamento crítico, bem como a minha forma de relatar bem o conteúdo que foi estudado. Agradeço também por toda a ajuda que a minha mãe, Silene de Souza, me proporcionou para a realização deste trabalho.

**“Todas as sociedades estão a tornar-se cada vez mais multiculturais e, ao mesmo tempo, mais permeáveis. Na verdade, são duas tendências que se desenvolvem em conjunto. A permeabilidade significa que as sociedades estão mais receptivas à migração multinacional.”**

Charles Taylor, 1994.

## RESUMO

O Canadá é um país de destaque na construção de um sistema multiculturalista e, por isso, foi escolhido para que sejam tratadas neste trabalho as novas influências que surgiram com o multiculturalismo, com destaque para a cidadania. Este trabalho estuda as políticas multiculturalistas educacionais que existem no Canadá para dar fluidez ao processo de multiculturalismo que existe no país, que foi oficializado em forma de lei, revelando uma característica única do país de mais destaque em ações de cunho multicultural do mundo. Grande parte do trabalho foi desenvolvida a partir de livros e fontes virtuais dos Estados Unidos e do Canadá na língua inglesa e sem tradução, por não haver escritos oficiais sobre o tema específico do Canadá na língua portuguesa, com pouquíssimas exceções. O sistema educacional de multiculturalismo será o destaque do trabalho por ser uma das formas mais eficientes na consolidação do que a lei já tem proclamado por meio de Atos e programas governamentais, ao mesmo tempo que mostra que, apesar da legalização de um método que pretende melhorar confrontos sociais, muitos progressos ainda não foram alcançados. O desenvolvimento do trabalho pretende mostrar que o multiculturalismo criado no Canadá tem falhas, mas é uma forma benevolente de busca de solução de intolerâncias na sociedade, como é o caso da intolerância da diferença. O reconhecimento da diferença é uma importante ferramenta para que uma esfera de multiculturalismo seja uma realidade. Com a participação da sociedade nos projetos governamentais, o Canadá passou a construir uma nova noção de cidadania, levando a pluralidade como ponto natural e valorizado pelos cidadãos. O país ainda é muito restrito, mas adotou políticas de aceitação de imigrantes de acordo com interesses econômicos do governo, o que mesmo assim abriu um grande leque que passou a aceitar pessoas de qualquer lugar do mundo como imigrantes e possíveis cidadãos. Atualmente, o Canadá trabalha com vários programas que aperfeiçoam novos imigrantes e os auxiliam na integração social anglo-canadense ou franco-canadense. Mesmo com muitas falhas, fraquezas e contradições multiculturalismo, o Canadá é um exemplo de que a globalização tem provocado um novo olhar, especialmente no mundo ocidental, em questões econômicas, comerciais, políticas e sociais. A cidadania está sempre em processo de construção e sofre mudanças de conceito quando a internacionalização se intensifica. Grande parte dos países com perfis multiculturais são desenvolvidos, mas outros países já têm alguma característica multiculturalista, como é o caso do Brasil, que tem uma grande deficiência na construção da sua cidadania por questões históricas e a consolidou há menos de três décadas. O sistema educacional brasileiro ainda é ineficiente em vários pontos, mas mesmo assim o governo já criou programas e projetos educacionais que carregam o multiculturalismo como ponto-chave, mostrando que essa tendência é importante para o perfil do país.

### **Palavras-chave:**

Multiculturalismo. Canadá. Políticas educacionais multiculturalistas. Cidadania. Brasil

## ABSTRACT

Canada is a country of prominence when it comes to building up a multiculturalist system. Thus, that country has been chosen as the focus of the present work so that the new influences that came with the system can be discussed, emphasizing the citizenship field. This work will study multicultural educational policies that have been implemented in Canada to make the system flow smoothly. The multiculturalism system has been formalized into law and reveals a unique feature of the country that is the most multicultural one in the world. Much of this work has been developed based on American and Canadian books and virtual sources in English with no translation to Portuguese due to a lack of official writings on the specific topic of Canada in Portuguese, with rare exceptions. The educational system of multiculturalism will be the target of this work for being one of the most efficient ways of consolidating what the laws have already proclaimed through Acts and government programs, while it shows that, despite the legalization of a system that aims to improve social confrontations, there is still much progress to be achieved. This work aims to show that the system has flaws, but is a good way of searching for solution for intolerance in a society, especially the one against differences between people. The recognition of the difference is an important tool to make the sphere of multiculturalism a reality. With the society's participation in government projects, Canada started to create a new notion of citizenship, taking the pluralism as a natural and valued point by its citizens. The country is still very strict, but has adopted procedures of acceptance of immigrants according to the government economic interests, which still open more doors to now accept people from anywhere in the world as immigrants and prospective citizens. Currently, Canada works with several programs that enhance new immigrants and provide them assistance for either Anglo-Canadian or Franco-Canadian's social integration. Even though there are many flaws, weaknesses and contradictions in the multiculturalist system, Canada is an example that the globalization has brought a new conception, especially in the Western world, of economic, commercial, political and social affairs. Citizenship is always under construction process and is constantly hit by changes as the concept of internationalization intensifies. Most countries with multicultural profiles are developed, but other countries already have some essence of multiculturalism, which is the case of Brazil, that suffers with the poor development of construction of its own citizenship due to historical reasons. The Brazilian citizenship has been consolidated less than three decades ago. The Brazilian educational system is still inefficient in many points, but the government has created programs and educational projects that carry multiculturalism as a key point, showing that this trend is important for the country's profile.

**Key words:**

Multiculturalism. Canada. Multiculturalist educational policies. Citizenship. Brazil



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>1 O MULTICULTURALISMO</b> .....	11
1.1 O conceito de cidadania .....	11
1.2 A globalização e o multiculturalismo .....	13
1.3 Discussão sobre identidade e o reconhecimento da diferença no contexto multicultural .....	15
1.4 O desenvolvimento do multiculturalismo através da educação .....	18
1.5 Uma introdução ao multiculturalismo canadense nas políticas educacionais .....	21
<b>2 A POLÍTICA DE MULTICULTURALISMO E AS POLÍTICAS MULTICULTURALISTAS DE EDUCAÇÃO DO CANADÁ</b> .....	25
2.1 Uma síntese histórica da imigração e suas políticas no Canadá .....	26
2.2 A educação segregada do antigo Canadá .....	32
2.3 As políticas multiculturalistas do Canadá .....	34
2.4 As políticas educacionais de multiculturalismo .....	40
2.5 Os programas de instruções lingüísticas para imigrantes e seus andamentos .....	45
2.6 As conseqüências da implementação da política de multiculturalismo, avaliações e perspectivas .....	49
2.7 Atividades recentes do governo canadense para o desenvolvimento do multiculturalismo .....	52
<b>3 OS DESAFIOS E O MULTICULTURALISMO DO BRASIL</b> .....	58
3.1 O contexto histórico da cidadania no Brasil .....	58
3.2 O Brasil e a injustiça social no campo da cidadania .....	61
3.3 A sutileza da pluralidade na sociedade brasileira .....	64
3.4 O multiculturalismo na realidade brasileira .....	66
3.5 A educação no contexto multiculturalista brasileiro .....	69
<b>CONCLUSÃO</b> .....	75
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	77

## INTRODUÇÃO

O multiculturalismo é um dos ramos da globalização. A internacionalização econômica leva muitos países a mudarem seus perfis conservadores para se adequarem a interesses internacionais e nacionais. O Canadá está no topo da lista dos países que lutam pela superação de intolerâncias e se transformou em uma nação de perfil oficialmente multiculturalista. O presente estudo propõe compreender como se dá o processo de consolidação de políticas educacionais multiculturalistas para que o multiculturalismo seja aprimorado e para que um novo conceito de cidadania seja criado por influências globais.

Os objetivos do presente trabalho são o de informar de que forma o governo canadense consolida programas e projetos federais e provinciais por meio do sistema educacional para dar fluidez ao que a lei já proclamou por meio de Atos que mudaram os sistemas imigracionais e multiculturais no país, mostrando também os desafios que a controvérsia do multiculturalismo traz consigo. Para alcançar os objetivos do trabalho, fontes oficiais e governamentais e livros sobre o assunto foram consultados, além de fontes primárias jurídicas para a explicação de conteúdos legais e teóricos. Espera-se demonstrar com este estudo a importância do multiculturalismo como uma consequência importante provocada pela globalização e internacionalização econômica, que foram aos poucos mudando as relações internacionais de diversas nações para perfis mais multiculturais e, junto com isso, a noção de cidadania.

O presente trabalho foi estruturado em 3 capítulos. No primeiro capítulo, apresentam-se o conceito de cidadania, o surgimento do multiculturalismo por meio da globalização, discussões sobre identidade e reconhecimento da diferença neste contexto e o desenvolvimento do multiculturalismo por meio da educação. O segundo capítulo providencia uma análise mais específica, tratando da política de multiculturalismo e as mudanças nas políticas imigracionais do Canadá, começando por uma síntese histórica da imigração e suas políticas canadenses, passando por uma sintética exposição da educação segregada do antigo Canadá e evoluindo a discussão para as atuais políticas multiculturalistas e educacionais do mesmo ramo. As consequências de suas implementações também serão abordadas, finalizando com atividades recentes do governo canadense para o desenvolvimento do multiculturalismo. No terceiro capítulo, são apresentados como foco os desafios para o Brasil, que não oficializou legalmente o multiculturalismo no país, mas abraça características multiculturalistas em vários programas governamentais, com apoios sociais. O capítulo

iniciará a abordagem no contexto histórico da cidadania brasileira, exemplificando injustiças sociais antigas e atuais, progredindo para uma discussão que mostra a que nível se encontra a pluralidade na sociedade brasileira, seguida pela exposição do que há no Brasil na esfera de multiculturalismo e traçando, finalmente, a educação no contexto multiculturalista brasileiro.

## 1 O MULTICULTURALISMO

Várias facetas existem no multiculturalismo, mas neste capítulo será estudado o surgimento dele através da globalização, começando pelo conceito de cidadania no contexto de multiculturalismo, mostrando sua importância como fio condutor de ações multiculturalistas que focam do desenvolvimento do bem-estar social, com destaque ao Canadá.

### 1.1 O conceito de cidadania

Os acontecimentos históricos que formaram o que hoje conhecemos como cidadania se originaram da Revolução Inglesa<sup>1</sup>, de 1640 a 1688, que foi um período de grandes transformações sociais e políticas. A cidadania em forma de direitos civis foram os primeiros desenvolvidos na Inglaterra no século XVIII. Ela foi espelhada na formação de direitos em outras nações, como no Canadá, e de forma tardia em outros países, como é o caso do Brasil. Os direitos civis englobam liberdade individual, propriedade e justiça. O século XIX destaca este surgimento, seguido da formação dos direitos políticos e sociais, que eram entrelaçados. A causa do desenvolvimento da cidadania da forma que ocorreu na Inglaterra foi devido às mudanças nas relações de trabalho. O contrato de trabalho passou a ser entre indivíduos.

O sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall avaliou o desenvolvimento de cidadania com o progresso dos direitos civis, políticos e sociais, sustentando que a cidadania só é plena se dotada por estes três direitos. Nestas três partes de direitos, Marshall define a cidadania. A parte civil, do século XVIII, é composta por direitos de ir e vir, de imprensa, de religião e de contratos e justiça; a política, do século XIX, dá direito a participação no poder político; e a social, do século XX, inclui um mínimo de comodidade econômica e civilização conforme o padrão social. Este contexto de cidadania, antes de existir, era dominado por falta de princípios de igualdade, e pelo princípio de desigualdade de classes. A sociedade feudal europeia não possuía um código uniforme de direitos e deveres que pegassem a igualdade (MARSHALL, 2002). O processo de cidadania levou, portanto, três séculos para que chegássemos no nível que conhecemos hoje.

Os direitos civis surgiram no século XII através do estabelecimento da justiça social. Mas

---

<sup>1</sup> Período de manifestação de crise do absolutismo na Inglaterra.

somente no século XVIII os direitos civis foram oficializados pela inserção de novos direitos na Inglaterra. Com a mudança do trabalho servil para o livre, a liberdade se tornou universal e o status de cidadania passou a ser nacional. Os direitos políticos são datados do século XIX, dentro de uma reforma eleitoral que transferiu direitos a novas áreas populacionais, permitindo o voto de cada indivíduo em competições políticas, além da liberdade de receber remuneração, alugar ou comprar propriedades, etc. Os direitos sociais têm destaque no século XX e se originaram através de incrementos da educação pública primária e da Lei dos Pobres (Poor Law) do século XIX, que era uma preservação da ordem social, com o objetivo de ajustamento de renda real às necessidades sociais e ao status de cidadão. Era um meio de atenuar a pobreza e promover o bem-estar social. (MARSHALL, 2002). Os três direitos estão entrelaçados e formam a linha condutora do conceito de cidadania. As ex-colônias britânicas, como parte do Canadá, carregaram influências e sistemas políticos, formando o modelo de Estado nacional canadense, respeitando o perfil do país.

Cada sociedade cria seu status de cidadania. Entretanto, é importante destacar que vivemos em um meio capitalista. Com isso, o desenvolvimento da cidadania sofre influências de características capitalistas, o que acaba criando desigualdades nas classes sociais (MARSHALL, 2002). Este fato contraria, mas não impede a existência do princípio de cidadania, que é o de desenvolvimento de igualdade.

A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum, compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. (MARSHALL, 2002, p.33)

O multiculturalismo desafia o modelo de cidadania, que é construído por meio do modelo do Estado nacional. Ele se insere em esferas que vão além do papel de cidadania que as nações já têm costume, pois envolve uma noção mais globalizada de como a cidadania pode ser revista. A aceitação de diversas culturas dentro de um território nacional traz mudanças a leis e a comportamentos, trazendo muitas controvérsias, desafios e conflitos. A Austrália, a Nova Zelândia e os Estados Unidos são alguns exemplos de países que já possuem perfis de multiculturalismo. Entretanto, o país que mais enfrentou tantos desafios e oficializou políticas do ramo foi o Canadá. Com necessidades econômicas e sociais que facilitaram a mudança do perfil do país e com o processo de globalização que tornou o multiculturalismo uma discussão internacional inevitável, o território canadense absorveu o

multiculturalismo como uma forma de atender seus interesses, mesmo com todas as controvérsias que o multiculturalismo sempre vai gerar. Veremos a seguir como a globalização favoreceu o multiculturalismo.

## **1.2 A globalização e o multiculturalismo**

Entende-se o multiculturalismo como um campo de diversidade cultural dentro de um contexto democrático. Surgido na segunda metade do século XX, o multiculturalismo tornou-se alvo de vários países desenvolvidos. Cada Estado, como organizador das esferas sociais de acordo com o avanço da globalização e da tecnologia, como, por exemplo, as modernas formas de transmissão de informação, pode criar políticas que promovam o multiculturalismo, que se mostra cada vez mais presente e necessário na medida em que as intolerâncias e discriminações contra raça, gênero, condição e identidade social estão cada vez menos aceitas através de movimentos e lutas sociais que ganham força nestes combates nas sociedades contemporâneas. O multiculturalismo nem sempre é bem entendido. E ainda é pouco popular em muitas regiões, com grande concentração em cidades grandes em países onde ele existe, como no caso do Canadá. Muitos argumentam que a política multiculturalista deve dar lugar a políticas de anti-discriminação e anti-racismo nas esferas públicas e privadas, como emprego e educação, que existem ainda de forma insatisfatória para os críticos.

A construção do projeto político de multiculturalismo é bastante complexa, pois existem desafios institucionais e históricos. Conseqüentemente, o crescimento do multiculturalismo é sensível e já deslegitima outras formas de ativismo, já que o Estado se abre a diálogos. A sensibilidade daquele crescimento existe por conta da dificuldade de conviver com pessoas de perfis muito diversos. A própria diferença que há, por exemplo, de costumes entre cada região de um país já pode ser alvo de críticas. Conviver com diferenças de outras nacionalidades, como propõe o multiculturalismo em diversos pontos, pode ser muito mais crítico.

Então como gerenciar as diferenças e promover a convivência? Já dizia Boaventura de Sousa Santos (2003) que temos o direito a sermos iguais quando há inferiorização da diferença e o direito a sermos diferentes quando há descaracterização da igualdade. O multiculturalismo repassado através da educação é certamente uma das melhores formas de criar visões mais respeitáveis a todos os indivíduos, promovendo reconhecimentos que antes não existiam. Pode ser um procedimento muito lento, mas que aos poucos irá mudar as posturas das próximas gerações, que levarão as sociedades para um ambiente mais justo do

que o atual. O discurso sobre o multiculturalismo dá visibilidade à diferença, direitos das minorias em relação à maioria e também discute a noção de identidades menores que a nacionalidade, além de promover movimentos de reconhecimento por direitos.

O Canadá, que passa por uma transformação demográfica e cultural profundas, tem sido foco de atenção internacional pelo seu sucesso como sociedade multicultural, bem como por administrar bem a sua diversidade cultural por meio da sua constituição federal. Entretanto, o multiculturalismo abraça a ambiguidade de ser frágil e forte ao mesmo tempo, tendo que balancear tradição com contemporaneidade. Tal balanceamento pode ser iniciado através de políticas educacionais de multiculturalismo.

Como já afirma o filósofo canadense Charles Taylor (1994), uma abertura do leque das teorias das ciências sociais através das reformas curriculares nas instituições de ensino, somada ao repasse dessas novas visões pelos meios de comunicação, são duas peças importantes para o crescimento do que o multiculturalismo significa nos tempos de hoje. Várias instituições de ensino que priorizam estudos humanísticos são criticadas por ainda não reconhecerem as diversidades culturais dos cidadãos. As obras dos cientistas-políticos clássicos são obrigatórias para o ensino da cultura ocidental mesmo para os que não fazem parte dela. É importante destacar que muitas defesas daqueles cientistas vão contra princípios morais, éticos e multiculturais, como já afirma Charles Taylor. Obras clássicas mais modernas já expõem ideais mais adequados com o tempo atual, demonstrando um ambiente mais democrático que o anterior. Entretanto, Taylor (1994) lamenta que as instituições educacionais resistam muito a substituições ou a comparações que mostrem claramente o âmbito de respeito às diferenças de forma mais liberal, o que provoca uma guerra intelectual. Os Estados Unidos, juntamente com outros países, defendem que existe uma cultura e forma humana superiores, levando à afirmação de cidadãos superiores. Tudo isso fruto das raízes de imposições coloniais. A proposta de reforma curricular de Taylor foi estudada por alguns acadêmicos de respeito, que criaram possíveis métodos de reforma escolar.

O acadêmico estadunidense James Banks (2012), que estuda o multiculturalismo na área racial, já que também a considera importante ferramenta para a aceitação das diferenças, reafirma que a atual influência intelectual deve ser revista quando declara que há uma “perpetuação” do racismo na ciência por teorias genéticas de inteligência. Uma ação que integra outras visões do tema estudado auxilia na capacidade de ações e decisões dos estudantes. De acordo com ele, as escolas devem ser um sistema social que reforma o ambiente escolar para a implementação da educação multicultural, que vai além da reforma de materiais de estudo, pois também carrega características utópicas. Entretanto, o processo do

desenvolvimento e aprimoramento de ambos já carrega avanços significativos. Não há como desassociar educação de cultura. De acordo com Banks, o processo de transculturação cresce com a aceleração da globalização. Entretanto, é importante frisar que a transculturação<sup>2</sup> não é um processo abertamente aceito, já que muitos países resistem a transformações de padrões culturais. O Canadá já tem um perfil multiculturalista e vem aos poucos aprimorando a sua implementação na área educacional. Já os Estados Unidos, que passaram o exemplo de possíveis ações multiculturais ao Canadá, ainda caminham na tentativa de transformar os currículos escolares em multiculturais. Veja abaixo mais uma opinião sobre a influência escolar na formação ideológica dos indivíduos:

A escola é um dos lugares consagrados à formação do indivíduo e à sua integração numa comunidade de iguais. É graças a ela que o indivíduo pode transcender seus laços familiares, étnicos ou consuetudinários e criar um sentimento de pertença a uma identidade mais abrangente: a nação, a república (...) As virtudes atribuídas à educação permitem compreender por que a escola transformou-se no centro de controvérsias multiculturais violentas. As polémicas concentram-se em dois aspectos: a reforma dos textos e da grade curricular e a admissão das minorias à educação superior. (SEMPRINI, 1999, p.45)

A globalização provocou o surgimento e crescimento de identidades biculturais e multiculturais, proporcionando o multilinguismo em várias escolas multiculturais, como ocorre no Canadá. A segregação já esteve muito clara em textos legislativos estatais. Todavia, no Estado moderno, isso não pode existir. São variados os ritmos que atravessam o século, tais como o desenvolvimento demográfico, mudanças estruturais do trabalho e progressos científico-tecnológicos. A sociedade de hoje tem mais acesso à informação do que antes e isso gera busca por novas melhorias sociais.

### **1.3 Discussão sobre identidade e o reconhecimento da diferença no contexto multicultural**

De acordo com o cientista político espanhol Ferran Requejo, reconhecer os direitos individuais de cidadania é uma necessidade universal que deve insurgir na esfera pública, de acordo com a abordagem liberal convencional. O governo, que não pode ser neutro, vê dificuldades em estabelecer direitos grupais. (REQUEJO, 1999). Será visto adiante que o

---

<sup>2</sup> Transculturação para James Banks é o crescimento do contato entre sociedades e culturas diferentes e também do reconhecimento do valor da diversidade cultural.



governo canadense desafiou esta neutralidade e passou a tomar medidas que tentam atender ao máximo o sentimento de cidadania plena em seu território, incluindo imigrantes de várias partes do mundo.

As revisões do conceito de cidadania ocorreram após as duas Guerras Mundiais. Atualmente busca-se incluir a cidadania como identidade. A identidade explicada por Charles Taylor funciona como dois lados de uma moeda, sendo eles a negociação aberta e a interior, que juntas promovem o desenvolvimento de um ideal de identidade, atribuindo, assim, "uma nova importância ao reconhecimento. A minha própria identidade depende, decisivamente, das minhas reações dialógicas com os outros". (TAYLOR, 1994, p. 54). Contudo, Taylor considera que o ambiente de convívio, bem como as pessoas de convívio, influenciam o processo de criação de identidade de cada indivíduo, tendo o reconhecimento como consequência.

Para Taylor (1994), identidade é uma “jornada de conhecimento, aprendizagem e reconhecimento”, acrescentando que as identidades são construídas conforme um “processo de contestação e de luta”, dando espaço para inúmeras interpretações, além de se fundamentarem socialmente em histórias, materiais e conhecimentos em suas diversas percepções. O processo de contestação fica bem claro através dos conceitos históricos apontados por Marshall. Quando a sociedade ocidental atual contesta, os governantes se vêem direcionados a proporcionar as mudanças sociais propostas, que dependem da historicidade das lutas de cada sociedade.

O individualismo se insere nos recentes ideais ocidentais, de acordo com Charles Taylor. Com base nisso, o educador, ativista e autor canadense, John Willinsky, declara que a política da identidade conduz a uma nova realidade entre individual e coletivo e que a política de reconhecimento na democracia se refere a mudança do significado de identidade, bem como da significância das categorias. (WILLINSKY, 2002). Foi desta forma que a identidade canadense começou a ser recriada, com uma nova noção de coletivo por meio da implementação do multiculturalismo, mesmo não tendo sido aceito por todos, e uma preservação do individual.

De modo geral, o objetivo liberal e democrático é, como já afirma Requejo, a inclusão de políticas de reconhecimento de cada nação em fatores coletivos das democracias liberais, com maior abrangência do que se encontra atualmente nos Estados. Não se pede homogeneidade, mas reconhecimento. Os valores liberais da autonomia pedem a inclusão do pluralismo no conceito de cidadania nas regras democráticas. (REQUEJO, 1999). No caso do Canadá, leis com princípios de multiculturalismo foram implementadas e sofrem reformas

quando o pluralismo na cidadania se desenvolve de outras formas em seu espaço cultural.

Semprini enfatiza que a definição do espaço cultural é dependente dos fatores socioculturais, crescentes no contexto multicultural e menciona o modelo de multiculturalismo "combinado", que gerencia as diferenças através de influências criadas por grupos étnicos, bem como por movimentos sociais, que provocam mudança social. Tais fatores revolucionam a ordem monocultural, cada vez mais minimizada por influências da globalização e o aumento do acesso à informação. (SEMPRINI, 1999). O Canadá, que se considera multicultural desde o início da sua história pela dupla colonização francesa e britânica, procurou gerenciar essas diferenças e passou por grandes progressos a partir da segunda metade do século XX e continua em processo de desenvolvimento pluralista.

O desenvolvimento pluralista é parcialmente impedido pela existência da discriminação contra as minorias, que ainda tem muita força em vários países do continente americano. Entretanto, muitas reivindicam cada vez mais seus direitos. No Canadá, negros e asiáticos reivindicaram direitos que até então não eram concedidos a eles e, posteriormente, grupos de minorias étnicas também tiveram que tomar frente em protestos que exigiam reconhecimento e inserção na sociedade por meios legais. Mesmo com um novo mundo de multiculturalismo canadense, o país possui muitas falhas em suas políticas, como será visto no segundo capítulo.

Charles Taylor enfatiza que "o não reconhecimento ou o reconhecimento incorreto pode afetar negativamente, pode ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira de ser falsa, distorcida, que a restringe". No contexto moderno de multiculturalismo, o discurso do reconhecimento e da identidade passou a ser fato importante, além de ser facilmente inteligível, o que não estava contextualizado em momentos históricos, através do desaparecimento das hierarquias sociais, fortemente relacionadas com desigualdades. (TAYLOR, 1994, p.47). Na visão de Charles Taylor, o liberalismo e o caminho "institucional" ignoram e despersonalizam nossas identificações. O reconhecimento na perspectiva de Taylor tem uma dimensão pública. Reconhecer a identidade individual seria permitir a fluidez de diálogos sobre nossa existência coletiva. A dignidade do ser humano, do cidadão, é universal. Para Taylor, respeito não é um ato de gentileza, é "necessidade humana vital". Neste contexto, o multiculturalismo ideal da idade moderna permitiria aqueles diálogos, mas sempre carregaria a bandeira de reconhecimento de identidade individual, algo muito desafiante e controverso.

Outro desafio ao desenvolvimento social no contexto multicultural é o princípio de igualdade universal, que tem o generalismo como maior dificuldade de implementação.

Segundo Taylor, "só reconhecemos aquilo que existe universalmente - todos possuem uma identidade, aquilo que é peculiar a cada um. A exigência universal estimula um reconhecimento da especificidade". (TAYLOR, 1994, p.59). Para atingir a exigência universal, reformas políticas e educacionais são uma forma de pressionar a sociedade a adquirir uma visão com menos preconceitos diante da diversidade e ter este novo fato como parte da cidadania.

Aumentar os níveis multiculturais e de receptividade aos movimentos migratórios pode ser uma tendência das sociedades contemporâneas. O multiculturalismo tenta impedir que outras formas de cultura imponham de maneira superior o que consideram melhor que outras. Taylor faz uma grande crítica ao Ocidente, quando afirma o seguinte:

(...) as sociedades liberais do Ocidente são extremamente culpadas, em parte devido ao seu passado colonial, em parte devido à marginalização de segmentos da sua população oriundos de outras culturas. (...) Deste modo, chegamos novamente à questão do reconhecimento. A outra exigência que estamos agora a considerar é a de que todos reconheçam o valor igual das diferentes culturas: que as deixemos, não só de sobreviver, mas também admitamos o seu mérito. (TAYLOR, 1994, p. 84)

#### **1.4 O desenvolvimento do multiculturalismo através da educação**

Semprini lamenta que novos manuais de história que davam vozes a revisões bem mais patriarcais da história norte-americana, incluindo a contribuição das minorias na história do país, tenham sido rejeitados por grupos especialistas e intelectuais liberais, mesmo com considerável porcentagem de aprovação. Isto revela um paradoxo entre os próprios multiculturalistas, criando conflitos nos ambientes de ensino, onde conteúdos variam em vertentes e em tradições de métodos de ensino. Esta polêmica de alteração curricular nas escolas mostra o quão difícil se torna encontrar um ponto em comum entre todas as redes escolares que mostre vários pontos de vista que se traduzam em uma visão multicultural de ensino (SEMPRINI, 1999). O desvio do atual foco de estudos obrigatórios de filósofos, historiadores e cientistas políticos predominantemente europeus, que ministram declarações preconceituosas contra culturas alheias em seus livros, seria o primeiro passo para abrir outras portas para diversas maneiras de se estudar a história. A relação educacional e cultural devem estar unidas para que o multiculturalismo esteja presente na educação e para que seja seguido pela sociedade em suas diversas esferas, tais como culturais, políticas e filosóficas. Em outras palavras, para construir esta ponte que leva ao pluralismo social, há a necessidade da construção de políticas que atendam a princípios educacionais mais modernos para que o

multiculturalismo derramado pela globalização não pareça inviável.

Tendo como base que a esfera educacional é grandemente responsável por trazer uma mudança de multiculturalismo para uma nação, é importante refletir a declaração de Amy Gutmann (1994) a esse respeito. De acordo com ela, após a polêmica protagonizada nas universidades no tocante ao discurso de natureza racista, étnica, sexista, homofóbica, além de outras formas ofensivas direcionadas a membros de grupos minoritários, destacou-se a necessidade da criação de um "vocabulário moral comum, mais rico que o nosso direito à liberdade de expressão". As universidades deveriam defender tal criação e repreender atos discriminatórios, já que são alvos de discussões e ensinamentos intelectuais. A asseveração do multiculturalismo vem da prática de méritos de respeito mútuo e receptividade a mudanças. (GUTMANN, 1994, p. 43). Entretanto, como já foi afirmado, muitos intelectuais atuantes em esferas escolares acadêmicas resistem a mudanças em métodos educacionais. Vem daí a fundamental intervenção política para a criação de leis que forcem novos conceitos que formarão uma esfera com mais diversidade cultural aos estudantes e uma nova vivência social a todos, o ambiente multicultural.

Willinsky esclarece que, através da educação, os estudantes devem aprender sobre a origem da construção das categorias sociais, ao passo que Charles Taylor se detém ao argumento de se ter que estudar culturas de formas comparativas para identificar os distintos valores entre elas. Segundo aquele, a identidade é formada nas relações sociais, incluindo estudos da ciência da raça, despertada no século XX, até os dias de hoje. (WILLINSKY, 2002). Ambas as análises de aprender a origem das categorias e compará-las para identificar as diferenças entre elas são válidas, desde que não superiorizem nenhuma delas em detrimento de outras. O reconhecimento da diferença deve existir apenas para somá-la ou melhor compreendê-la na esfera multicultural.

Charles Taylor reforça que a educação está em destaque nas discussões sobre o multiculturalismo. Autores mais atuais, feministas, africanos e de origens não europeias deveriam ser incluídos nos currículos escolares, pois a realidade de hoje não mais segue muitas das teorias clássicas de brancos europeus. Isso proporcionaria "igual respeito a todas as culturas" e diminuição do menosprezo a outros grupos culturais, transformando uma nova realidade entre o tradicional e os multiculturalistas. O foco está na vivência harmônica entre as sociedades em escala mundial através da amplitude de estudos além do que ainda é considerado clássico. (TAYLOR, 1994). Existem várias resistências em diversas partes do mundo para que o multiculturalismo seja uma realidade. Muitos acreditam que a aceitação da diversidade e da implementação de ideais pluralistas destroem as identidades nacionalistas de

seus territórios, tendo “roubadas” as suas originalidades. A vivência harmônica proposta por Taylor, que seria um desenraizamento de métodos educacionais tradicionais, é um desafio complexo e de longo prazo. Ele se iniciaria nos primeiros anos escolares de cada cidadão, podendo levar grande parte de uma geração para que se atinja um nível real de noção multicultural. Ademais, os atuais adultos, que já não foram instruídos com a estrutura proposta de um novo currículo escolar multicultural, mantêm crenças e preconceitos que em sua época escolar ainda eram aceitáveis.

Como exemplo de desenraizamento educacional tradicional, Willinsky menciona a experiência da filósofa e ativista social francesa, Simone Weil, em seu artigo “Política Educacional da Identidade e do Multiculturalismo” para discutir sobre a questão do novo termo “política da identidade”, que mesmo não sendo um conceito novo, busca agregação no conceito de cidadania e desenraizamento das tradições definidoras de gênero, raça, nação e cultura, bem como definir como somos considerados e tratados. Esta política atualmente opõe-se a fronteiras e a diferenças e defende uma educação que compreenda aquelas divisões. (WILLINSKY, 2002, p.34). As propostas de identidade e reconhecimento de Charles Taylor, juntamente com as de novos métodos educacionais defendidos por ele e reafirmados por James Banks, trariam uma nova estrutura educacional que quebraria teorias definidoras de aspectos como raça e gênero e as reformulariam de um modo mais humanista e menos discriminatório.

Através desta definição educativa, Willinsky decide envolver os argumentos de Simone Weil em seus discursos, já que ela trata das comunidades anteriores e atuais, defendendo e cobrando respeito à coletividade de qualquer natureza, compensando eventuais desigualdades perpetradas. Weil menciona momentos na França que considera desonrosos<sup>3</sup> no tocante à cidadania e foca na importância da consideração da cidadania através do ensino francês. Destacando pontos essenciais de Weil, Willinsky aponta a busca incansável dela pelo reconhecimento de “um lugar como sendo próprio da pessoa” por meio da ética e da escolha com critério, com o intuito de pensar e associar os serviços das necessidades humanas na vida das pessoas. (WILLINSKY, 2002). O humanismo é parte fundamental das afirmações que defendem o multiculturalismo, que ganha força gradativa ao passo em que vai sendo mais discutido e implementado. Ele ainda engatinha em muitas sociedades, mas mostra ser uma

---

<sup>3</sup> Willinsky menciona alguns pontos de queixa de Simone Weil, que foi uma judia francesa. Ainda no século XX, os judeus eram considerados uma raça à parte e sofriam discriminações categóricas. Weil defendeu em várias obras a coletividade nacional, familiar ou de qualquer outro tipo desde que fossem honrosas. Ela também faz críticas aos tratamentos injustos concedidos pelo império aos subproletariados, que de acordo com ela foram abandonados pela França em questões de direitos, mas continuavam a ter seus serviços e lealdade exigidos.

boa saída para a amenização de preconceitos que existem há vários séculos.

### **1.5 Uma introdução ao multiculturalismo canadense nas políticas educacionais**

Podemos identificar o território canadense como multicultural desde os primeiros povos, os aborígenes, que eram também multilinguais. A herança canadense foi construída por exploradores franceses e ingleses, que chegaram nos séculos XVI e XVII. Nos dois últimos séculos, o Canadá recebeu imigrantes de várias outras nações, dando mais cor ao multiculturalismo. Cerca de metade da população canadense tem alguma origem étnica que não seja francesa ou inglesa. (GOVERNO CANADENSE, 2013). Nasce daí um mundo de multiculturalismo originário em território canadense que nunca fora implementado.

O multiculturalismo passou a ser política oficial do governo do Canadá no ano de 1971 para apoiar grupos comunitários a ser igualmente beneficiados pelos direitos de cidadania. Com isso, cada província estipulava políticas próprias para a valorização do multiculturalismo. A Carta de Direitos e Liberdades da Constituição do Canadá de 1982 já incluía o multiculturalismo e os direitos de igualdade, ajustando o sistema político e revisando juridicamente a legislação. Em 1986, a legislação de igualdade de empregos foi aprovada. (GOVERNO CANADENSE, 2013)

A maior dificuldade da Carta era em relacionar o que ela propunha com as condições de diferença impostas pelos franco-canadenses e ao mesmo tempo pelos indígenas, requisitos que se resumiam "no desejo de sobrevivência por parte destes grupos, e a consequente exigência de certas formas de autonomia, bem como a capacidade de adaptar certos gêneros de legislação considerados necessários à sobrevivência". (TAYLOR, 1994, p. 72). Com isso, o governo Quebequiano<sup>4</sup> implementou restrições a favor da sobrevivência daqueles habitantes, determinando um agrupamento de direitos individuais e garantindo tratamento igualitário aos cidadãos. São direitos que vão contra qualquer tipo de ato discriminatório.

A Carta é base para atitudes governamentais. A legislação quebequiana, que determinava até os tipos de escolas consideradas ideais para os estudantes, teve que ser anulada pelo Supremo Tribunal, pois ia contra a Carta e a Declaração da cidade. Entretanto, logo conseguiu aprovação por conta da cláusula de exceção. Taylor enfatiza que objetivos coletivos podem ter caráter liberal, mas devem sempre estar a favor da diversidade, um alvo que é certamente alcançado, mas com divergências de pontos de vista e o desafio de se unir

---

<sup>4</sup> Quebec é a maior e segunda mais populosa província do Canadá. Possui a maioria da população franco-canadiana e instituições próprias.

"liberdade com igualdade ou prosperidade com justiça". (TAYLOR, 1994, p. 80)

Muitas universidades do Canadá implementaram programas de idiomas além dos oficiais inglês e francês. Programas contra o racismo foram também implementados através de uma declaração do secretário para assuntos educacionais na província de Ontário, destacando igualmente a equidade etnocultural. Para enfatizar o seu ponto de vista, Willinsky aborda a ideia central do velho líder da educação multicultural da América do Norte, James Banks, a de que as categorias de cada indivíduo devem ser essencializadas e que o significado de raça deve ser refletido de modo distinto do que tem sido há anos para que isso seja um início de uma estruturação da diferença. (WILLINSKY, 2002). Novamente é mostrada a importância de se iniciar um processo de aceitação do multiculturalismo na sociedade através da educação.

De acordo com o próprio governo canadense, os programas multiculturais do governo canadense proporcionam um maior entendimento entre culturas, bem como a promoção de igualdade, conselhos às comunidades étnico-culturais e melhoria nas relações raciais. (GOVERNO CANADENSE, 2013). O governo também promove eventos em diversas províncias que valorizam culturas diversas e proporcionam o reconhecimento da diferença.

Para mostrar os dois lados da discussão do multiculturalismo, Willinsky faz referência a Bissoondath e a Schlesinger, críticos conservadores do multiculturalismo. Eles acreditam que o respeito à diferença baseia-se na preservação dela para a proteção da nação. Bissoondath defende que o multiculturalismo enfraqueceu o sentido da reputação da nacionalidade e do que é ser canadense. Willinsky considera essencial que a identidade esteja ligada não a determinados centros, mas a tudo que constitui uma nação. (WILLINSKY, 2002 p. 44). O caminho que levou ao multiculturalismo foi decisivo, já que, como será abordado posteriormente, o governo canadense permitiu a entrada de imigrantes de várias etnias em nome do desenvolvimento econômico e demográfico do país.

De acordo com Schlesinger, as raízes européias devem ser preservadas na América do Norte e o povo deve se identificar com a “cultura dominante”, honrando tudo relacionado à sua história como política de identidade. A partir disso, Willinsky critica o desprezo destes críticos para com a iniciativa multicultural, mas também flui no mesmo sentido ao concordar com Weil que as raízes coloniais das nações geram crenças de identificação. Willinsky acredita que o estudo das divisões categóricas das pessoas pode dar desconforto no próprio lugar de cada uma.

Nós estamos, a um só tempo, sujeitos às coletividades designadas de nossa existência e com a possibilidade de torná-las objetos de estudo que são sempre formas de auto-investigação, que podem originar expressão refletida e criativa. Vivemos sempre dentro de uma política de reconhecimento e identidade. (...) O fato de sermos estranhos a nós mesmos, tendo o mundo como nossa única pátria, parece uma tônica própria para repensar as divisões que, por tanto tempo, nos têm afastado dos outros. (WILLINSKY, 2002, p.49)

O ensino canadense engloba diversas culturas e línguas. Existem mais de 70 grupos étnicos pelo território, o que mostra a diversidade de línguas presentes nestes grupos. Dados oficiais do governo canadense mostram que são vários os desafios para, através do ensino, direcionar os alunos a aceitação e compreensão de outras culturas. Toronto e Vancouver são as duas províncias que, em suas escolas públicas, possuem em sua maioria alunos que falam uma terceira ou quarta língua além das duas oficiais, mantendo o espírito do multiculturalismo através dos esforços governamentais que criaram programas que permitem a manutenção do reconhecimento dessas diferenças nas escolas e nas universidades. (GOVERNO CANADENSE, 2013). No âmbito político, o multiculturalismo é também uma maneira de o governo se desculpar por injustiças do passado histórico e reforçar que quaisquer grupos étnicos são bem-vindos no país.

Até mesmo na mídia o multiculturalismo mostra força no Canadá. Há dezenas de publicações de circulação nacional em línguas nativas, representando diferentes grupos de minorias étnicas canadenses, além de programas de televisão e rádio voltados para essas minorias, que atendem “às necessidades de uma sociedade diversificada e refletem a natureza multicultural do Canadá”. (GOVERNO CANADENSE, 2013)

O comércio canadense também dá importância à diversidade étnica e cultural, reconhecendo igualmente os benefícios financeiros e comerciais que os imigrantes proporcionaram ao país, que inclusive adquiriram um reconhecimento internacional. “O Departamento de Herança Canadense publicou um diretório de contato sobre assuntos comerciais, domésticos e internacionais para negócios e governos que desejam trabalhar em rede com a comunidade de comércio étnico-cultural canadense”. (GOVERNO CANADENSE, 2013). Desta forma, tanto canadenses natos como futuros imigrantes experientes têm boas oportunidades de emprego em áreas diversas.

Desvalorização contra minorias de grupos étnicos canadenses ainda é uma realidade atual, embora o governo trabalhe constantemente para tentar mudar esta realidade. Através do desenvolvimento de programas e leis, o governo quer que a sociedade do Canadá exerça de forma igualitária seus direitos de cidadania. No final do século passado, o Ato do



Multiculturalismo do Canadá foi criado com o intuito de proporcionar chances iguais de participação em quaisquer aspectos da vida coletiva canadense. Tal legislação permitiu uma maior abrangência multicultural no governo canadense por meio de agências e departamentos governamentais. (GOVERNO CANADENSE, 2013). Entretanto, apesar de algumas ONGs trabalharem em parceria com o governo canadense para que os projetos de multiculturalismo se desenvolvam, a realidade multicultural no país existe apenas nas grandes cidades. Ademais, os projetos que existem são bastante falhos e desiguais, como será visto adiante. E as restrições de aceitação de imigrantes do exterior no Canadá são ainda bem restritas.

Ainda há muitas rejeições contra estrangeiros ou pessoas de origens étnicas distintas em várias nações, como é o caso da França. A abertura de aceitação multicultural ainda é um desafio. Entretanto, os exemplos que temos atualmente já nos auxiliam a compreender de modo mais abrangente a importância de reconhecer e aceitar a diferença, pois independentemente do país de origem, todos devem ser respeitados como cidadãos com direitos humanos. A proposta de cidadania multicultural não está baseada nos cidadãos de um Estado, mas na humanidade dos indivíduos.

O compromisso que o governo canadense leva no tocante ao multiculturalismo como identidade e herança nacional essencial faz com que os canadenses reconheçam as diferenças e contribuam com objetivos de igualdade, harmonia social e boa fluidez econômica. Este compromisso será explanado de maneira mais aprofundada no segundo capítulo, que vai mostrar o enraizamento do fio condutor do multiculturalismo no Canadá, com foco nas políticas educacionais para o multiculturalismo, e, por fim, nas atividades apoiadas pelo governo canadense que reforçam a existência e efetividade do processo de multiculturalismo, que é o berço das novas políticas canadenses.

## **2 A POLÍTICA DE MULTICULTURALISMO E AS POLÍTICAS MULTICULTURALISTAS DE EDUCAÇÃO DO CANADÁ**

Este capítulo formulará o caminho do multiculturalismo no Canadá por meio de políticas educacionais defensoras de uma doutrina multiculturalista. O contexto histórico será abordado do século XIX ao início do XXI. O âmbito das Grandes Guerras Mundiais será tratado, bem como os Atos de Imigração e de outras naturezas. As políticas educacionais serão brevemente abordadas desde os tempos das escolas segregadas até os períodos atuais, mostrando a grandiosidade do amadurecimento social do Canadá, mas também as complexidades dos perfis controversos do multiculturalismo.

O multiculturalismo é relacionado com realidades demográficas e também como processo de criação de políticas. Através de sua política, os cidadãos canadenses têm o papel de gerar valores compartilhados e novos valores culturais, que criarão uma compreensão de um regime de direitos. O multiculturalismo se tornou um componente inseparável da identidade canadense, que é repleta de distinções.

Mesmo se desconsiderássemos os imigrantes, os franco-canadenses sempre insistiram em suas identidades e culturas distintas, determinando que não existe uma cultura oficial no Canadá. Com essa linha de pensamento, as últimas décadas da segunda metade do século XX foram decisivas para a transformação das condutas governamentais e sociais no Canadá no contexto multicultural.

O Canadá tem três níveis governamentais, sendo eles o federal, o provincial e o municipal. Cada nível de governo tem diferentes responsabilidades perante seus deveres para o país. As províncias desenvolvem gradualmente mais independência para criar suas próprias leis, apesar de terem que respeitar as regras federais. Para iniciar a discussão do perfil multiculturalista canadense, o tópico seguinte tratará do percurso imigracional no país.

## 2.1 Uma síntese histórica da imigração e suas políticas no Canadá

De acordo com dados oficiais do governo canadense<sup>5</sup>, os aborígenes chegaram da Ásia há 30 mil anos. Somente no século XI houve contato entre eles e os europeus e a exploração europeia só se efetivou no século XVII, quando houve busca de novos percursos para os fartos mercados orientais. As colônias francesas e inglesas iniciaram suas atividades econômicas no território canadense, o que gerou conflitos entre França e Inglaterra. Ambas comercializavam peles e tinham dependência militar de suas metrópoles. Antes do período das guerras mundiais, o Canadá gerou lucros devido à boa fluidez econômica mundial e se desenvolveu industrialmente e ruralmente. (GOVERNO DO CANADÁ)

Em 1869, dois anos após a unificação das quatro províncias Ontário, Quebec, Nova Escócia e Nova Brunswick, por meio da Confederação do Canadá<sup>6</sup> e dois anos antes que a Colúmbia Britânica foi acrescentada ao Canadá, o país implementou o seu primeiro Ato de Imigração. Foi a primeira legislação do tipo na história do país. Entretanto, ainda não havia restrições de qualquer categoria para impedir que as pessoas entrassem no Canadá. Isso foi modificado com 2 emendas em 1872 e 1879, que proibiu criminosos e pessoas pobres de entrar no Canadá, pois eles eram considerados como tendenciosos a provocar problemas financeiros ao país (PANCIERA, 2011). Isso perduraria por muitas décadas, mesmo com a criação de novos atos.

O Ato de Imigração de 1906<sup>7</sup>, que marcou o início de uma política imigratória restritiva, foi criado por aconselhamento do Senado Federal e da Casa dos Comuns. Era coordenado por autoridades de imigração subordinadas ao Ministro do Interior. Definia regras a navios, tais como dimensões, número de pessoas a bordo, relatório de chegada com detalhes das condições físicas dos passageiros a bordo, declaração de óbito ocorrido durante a viagem e de pertences. As regras também definiam valores mínimos financeiros para a entrada dos imigrantes dependendo de suas classes sociais e destino. A inspeção médica era uma das condições mais fortes para a entrada de imigrantes no Canadá. A discriminação étnica teve início oficial através destas barreiras migracionais e continuou de outras formas

---

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.canadainternational.gc.ca/brazil-bresil/about\\_a-propos/history-histoire.aspx?lang=por](http://www.canadainternational.gc.ca/brazil-bresil/about_a-propos/history-histoire.aspx?lang=por). Acesso em: 4 ago. 2013.

<sup>6</sup> Com a falta do equilíbrio político entre francófonos e anglófonos no Canadá no século XIX, um processo político concedeu a união das colônias britânicas. Inicialmente, a Confederação do Canadá constituiu quatro províncias, com a entrada da Colúmbia Britânica cerca de poucas décadas depois. Quebec, que é francófona, recebeu apoio judicial do Reino Unido para proteger a língua francesa da população de Quebec, ex-colônia francesa.

<sup>7</sup> Disponível em: [http://eco.canadiana.ca/view/occihm.9\\_07188/2?r=0&s=1](http://eco.canadiana.ca/view/occihm.9_07188/2?r=0&s=1). Acesso em: 4 ago. 2013.

dentro do território canadense. Somente os brancos tinham tratamentos privilegiados e mais democráticos.

A sessão 26 do Ato de 1906 deixa muito clara a proibição da entrada de pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiência, quando afirma que nenhum imigrante será autorizado a desembarcar no Canadá, sendo ele débil mental, idiota, epiléptico ou louco. Nem mesmo surdo ou mudo, cego ou doente, a menos que esteja acompanhado pela família ou já esteja no Canadá<sup>8</sup>.

O Ato também não admitia indivíduos com doenças contagiosas ou infecciosas, pois ameaçariam a saúde pública, tampouco pessoas pobres, prostitutas ou com antecedentes criminais. Qualquer violação de regras imigracionais por parte das empresas de ferrovias e outros meios de transporte seria objeto de inquérito e providências cabíveis pelo governo. Enquanto a bordo em águas canadenses, nenhum oficial a trabalho, marinheiro ou qualquer outra pessoa a bordo poderia admitir imigrantes do sexo feminino em seus quartos, a não ser que tivessem autorização do capitão do navio. A intenção era evitar proliferações de raças consideradas inferiores.

Uma reformulação do Ato ocorreu quatro anos depois, quando foi implementado o Ato de Imigração de 1910<sup>9</sup>, que inicia suas declarações legais focando em assuntos relacionados a domicílio canadense, cidadania canadense e comissão de inquérito dos portos de entrada. As declarações sobre as classes sociais proibidas no ato anterior continuaram intactas, reforçando a exclusão de doentes e deficientes. Entretanto, a sessão 36 resume que o superintendente de imigração pode aprovar a permissão de tratamentos médicos a doentes para a cura.

O Ato de 1910 também regula procedimentos tomados por empresas de transportação na aceitação de imigrantes e procedimentos monetários dependendo das classes dos imigrantes, como já existia no Ato anterior. As regras de deportação continuaram as mesmas e as empresas de transporte tinham obrigações de conduzir imigrantes deportados de volta quando havia casos de rejeição ou deportação por parte da Comissão de Inquérito. Qualquer violação de lei dentro dos 3 primeiros anos de vivência no Canadá também era motivo para deportação. Como já reafirma Panciera (2011), os não-europeus do século XIX ainda eram considerados "inassimiláveis". Os desejáveis ao processo imigratório no Canadá eram os

---

<sup>8</sup> No immigrant shall be permitted to land in Canada, who is feeble-minded, an idiot, or an epileptic, or who is insane, or has had an attack of insanity within five years: nor shall any immigrant be so landed who is deaf and dumb, or dumb, blind or infirm, unless he belongs to a family who accompany him or are already in Canada and who give security, satisfactory to the Minister, and in conformity with the regulations in that behalf, if any, for his permanent support if admitted into Canada. (Immigration Act of 1906)

<sup>9</sup> Disponível em: [http://eco.canadiana.ca/view/oocihm.9\\_07184/2?r=0&s=1](http://eco.canadiana.ca/view/oocihm.9_07184/2?r=0&s=1). Acesso em: 4 ago. 2013.

britânicos, europeus da área norte e descendentes de estadunidenses.

O Ato de Imigração de 1919<sup>10</sup> serviu como emenda ao Ato anterior, de 1910. O ministro mencionado pelo Ato agora fora nomeado como Ministro de Imigração. O Ato concede mais detalhamentos de todo o texto do Ato de 1910. A sessão 3 do Ato de Imigração de 1919, emenda do de 1910, adiciona outras restrições para a entrada de imigrantes no Canadá, como a exigência do conhecimento da língua inglesa ou francesa para pessoas com mais de 15 anos ou o conhecimento de outros dialetos. Algumas sessões foram revogadas e substituídas. Outras sofreram poucas mudanças para a adição da palavra “domicílio” nos parágrafos. O domicílio canadense ocorre após cinco anos da entrada do imigrante no país de acordo com as regras do Ato.

A sessão 13 do Ato de 1919 revoga o parágrafo “c” da sessão 38 e substitui o texto, adicionando mais detalhes à não aceitação de pessoas de raças consideradas inadequadas para viverem no Canadá. O novo declara a proibição ou limitação da quantidade de desembarque em portos de entradas no Canadá de imigrantes de nacionalidades, raças, classes específicas ou ocupações consideradas inadequadas para as condições industriais, sociais, educacionais, laborais ou outras que não se enquadrassem nos requerimentos do Canadá ou por serem indesejáveis, seja por costumes peculiares, hábitos ou modos de vida<sup>11</sup>.

No parágrafo sobre as regras de não-aceitação de determinados imigrantes do Ato de 1919, novos perfis de não-aceitação são expostos, como pessoas que podem se tornar um encargo público segundo a comissão de inquérito, pessoas com inferioridade psicológica, com alcoolismo crônico, contra o governo organizado ou que influencie outras pessoas que se convençam da mesma ideia, assassinatos de oficiais canadenses por serem contra o governo, inimigos alheios, culpados por espionagem, entre outros perfis.

O período entre a I e a II Guerra Mundiais foi de muito pouca imigração por várias razões, sendo uma delas a má situação econômica do Canadá naquela época<sup>12</sup>. Mas a recuperação da economia canadense na década de 1920 causou crescimento na imigração.

---

<sup>10</sup> Disponível em: [http://eco.canadiana.ca/view/oocihm.9\\_08048/2?r=0&s=1](http://eco.canadiana.ca/view/oocihm.9_08048/2?r=0&s=1). Acesso em: 4 ago. 2013.

<sup>11</sup> (c) prohibit or limit in number for a stated period or permanently the landing in Canada or the landing at any specific port or ports of entry in Canada, of immigrants belonging to any nationality or race or of immigrants of any specified class or occupation, by reason of any economic, industrial or other condition temporarily existing in Canada or because such immigrations are deemed unsuitable having regard to the climatic, industrial, social, educational, labor or other conditions or requirements of Canada or because such immigrants are deemed undesirable owing to their peculiar customs, habits, modes of life and methods of holding property, and because of their probable inability to become readily assimilated or to assume the duties and responsibilities of Canadian citizenship within a reasonable time after their entry. (Immigration Act of 1919)

<sup>12</sup> A Grande Depressão de 1929 destruiu a economia de três províncias canadenses. Com fortes laços econômicos e comerciais com os Estados Unidos, a Depressão, que atingiu o território estadunidense, atingiu o Canadá também em outros pontos, já que inúmeros produtos eram exportados do Canadá aos Estados Unidos.

Esta década próspera foi seguida pela Grande Depressão de 1929, que quase acabou completamente com a imigração. Os únicos aceitos eram os que tinham condições de provar que poderiam se sustentar em território canadense, além de cônjuges de canadenses residentes. (PANCIERA, 2011). Imigrantes sem oportunidades de emprego trariam mais atrasos na tentativa governamental de reerguer a economia canadense.

Diferentemente da Primeira Guerra Mundial, a produção canadense de armas na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi grande. Ela foi um dos eventos mais significativos da história canadense<sup>13</sup>. O Canadá desempenhou um papel vital na Batalha do Atlântico, e contribuiu com campanhas da Europa ocidental mais do que se esperava de uma pequena nação de 11 milhões de pessoas. A contribuição industrial do Canadá para a vitória foi considerável, embora ela tenha começado lentamente. Em 1940, as ordens britânicas de equipamentos aumentaram consideravelmente e o esforço industrial canadense expandiu enormemente. Várias corporações da Coroa foram instituídas para tarefas especiais. Novas fábricas foram construídas e as antigas adaptadas para fins bélicos (ENCICLOPÉDIA CANADENSE). Era um recomeço da recuperação econômica do Canadá. O papel canadense financeiro na guerra como aliado britânico, junto com sua força bélica, foi crescente e destacou sua postura internacional, além de abrir portas para negociações com outros parceiros. Estes fatos também atraíam mais imigrantes, mas as restrições ainda eram muito grandes.

Ao final da Segunda Guerra Mundial as políticas imigracionais permaneciam intactas, mas logo sofreram alterações. O foco não era mais agrícola ou de indústrias de mineração e madeira. Novos imigrantes trabalhavam em novos setores de manufatura, construção, infraestrutura de expansão das cidades, bem como cargos que exigiam maiores níveis educacionais e profissionais. (ENCICLOPÉDIA CANADENSE). As políticas de imigração mudaram para um perfil imigracionista internacional, englobando obrigações humanitárias, mas mantinham perfis discriminatórios.

Em junho de 1947, os primeiros refugiados tiveram entrada permitida no Canadá e até o final de 1948, cerca de 50.000 refugiados se estabeleceram em território canadense. Entretanto, o Canadá ainda insistia em seu "direito de discriminar" a fim de proteger a identidade anglo-canadense (PANCIERA, 2011). Com isso, mesmo os refugiados que eram aceitos no país sofriam restrições severas para admissão. O multiculturalismo ainda não compunha os planos de estratégias governamentais. Era um período mundialmente

---

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.thecanadianencyclopedia.com/articles/second-world-war-wwii>. Acesso em: 5 ago. 2013.

discriminatório. Entretanto, a diversidade entre povos de outras culturas, que sempre esteve atrás de uma grande força governamental de impedimento, começou a ser vista, pelo menos do ponto de vista da diversidade de povos europeus, como uma importante formação de um mosaico cultural canadense.

Joshee e Winton (2007) definem cinco pontos-chave principais que o período de pós-guerra trouxe e que mudaram a maneira que os canadenses pensavam sobre a diversidade, a saber: até os anos 1940, quase um quinto da população canadense era de origem não-britânica e não-francesa, mesmo com políticas de imigração restritas; as ferrovias, que eram muito influentes no Canadá naquela época, apoiaram feiras multiculturais pelo país afora e estavam redefinindo ativamente a identidade canadense como um mosaico de culturas; uma variedade de eruditos começaram a estudar a diversidade cultural e a definí-la como um trunfo; o governo federal estabeleceu organizações comunitárias etnoculturais, bem como uma rede de imprensas étnicas que podiam se comunicar com vários grupos; o Canadá como um país que sempre aceitou a diversidade. O multiculturalismo aflorou, portanto, em algumas esferas da sociedade canadense, trazendo o despertar de uma nova realidade ao país e da importância da diversidade, que estava adormecida desde a época colonial.

O despertar de uma nova realidade ocorreu por meio de reformas aos Atos de imigração existentes, já que o crescimento econômico estava lento. A imigração foi oficialmente encorajada pelo Ato de Imigração de 1952<sup>14</sup>. O interesse em receber imigrantes agora estava na oferta de mão-de-obra barata. O Ato de 1952 sofreu algumas alterações, mas não deixou de restringir determinadas raças de possíveis imigrantes ao país, mesmo com a implementação do Ato de Cidadania do Canadá de 1946, que oficialmente criou a cidadania canadense, já que os canadenses eram antes tidos como parte das funções britânicas. A primeira parte do Ato é intitulada de “Admissão ao Canadá” e declara que, uma vez que um domiciliado saia do país, ele pode precisar de autorização do Ministro para regressar ao Canadá. Alguns procuram domicílios fora do Canadá e, com isso, perdem o direito de domiciliados canadenses. As classes proibidas continuavam com as mesmas restrições. O Ato também trata de regras para a entrada de não-imigrantes, bem como autorizações de entrada e tempo de permanência, que não podia passar de doze meses.

Mesmo restritivo, o Ato acima mencionado facilitou a imigração de alguns europeus, como ingleses e escoceses, bem como de estadunidenses, que foram gradualmente ocupando territórios agrícolas e apoiando o comércio no Canadá. A presença de irlandeses no Canadá naquela época provocou mudanças sociais e econômicas, pois seus valores sociais, religiosos

---

<sup>14</sup> Disponível em: [http://eco.canadiana.ca/view/oocihm.9\\_08041/2?r=0&s=1](http://eco.canadiana.ca/view/oocihm.9_08041/2?r=0&s=1). Acesso em: 4 ago. 2013.

e culturais eram bem diferentes dos que haviam no Canadá<sup>15</sup>. Outra mudança de destaque nas políticas imigracionais do governo canadense foi a pressão de reforma dos direitos humanos que já teve início na geração anterior de imigrantes. Lentamente, o governo cedeu à recusa de que imigrantes que ajudaram a proteger o país fossem considerados de segunda classe (ENCICLOPÉDIA CANADENSE). Na segunda metade do século XX, o governo finalmente criou políticas relativamente mais abertas que as anteriores no tocante à aceitação da diversidade por meio de imigrantes de origens que nunca haviam sido aceitas. Entretanto, as novas políticas continuaram e permanecem fechadas e restritas à diversidade mesmo nos dias de hoje, como pode ser percebido pelo Sistema de Pontos, criado em 1967.

O Sistema de Pontos determinou preferências para a permissão da entrada de imigrantes por meio de pontos. Através dele, os imigrantes passaram a ser selecionados de acordo com o nível educacional e profissional. Imigrantes com qualificações insuficientes não auxiliariam no desenvolvimento econômico canadense. Por esta razão, restrições educacionais e profissionais para a entrada de novos indivíduos foi estipulada e ainda existe, mas a natureza da discriminação injusta de antigamente foi abolida. Como resultado disso, a imigração do terceiro mundo quadruplicou, especialmente da Ásia e América Latina. Simultaneamente, os efeitos de descolonização causou uma onda de migração da África e Ásia, enquanto o boom econômico na Europa reduzia a emigração (PANCIERA, 2011).

É importante destacar que o Sistema de Pontos é um processo de somatória de pontos de acordo com enquadramentos pré-definidos pelo Departamento de Cidadania e Imigração do Canadá (CIC). Dentre os pré-requisitos, estão a formação superior, proficiência em inglês ou francês, oferta de emprego no Canadá, adaptabilidades educacionais de cônjuges para os que fazem pedido de imigração com família, e até mesmo idade. O máximo de pontos que um requerente pode atingir é 100 e o mínimo é 67 para ser aceito como imigrante canadense. Um exemplo de candidato a imigrante com alto nível de aceitação seria um indivíduo com diploma de mestrado, proficiência em línguas, com idade entre 21 e 49 anos e experiência profissional em uma das áreas de oferta de emprego no Canadá e, finalmente, uma oferta de emprego já garantida no Canadá. O candidato pode escolher a província onde deseja viver desde que fale a língua da província escolhida. O Sistema de Pontos atraiu muitos imigrantes cultos e altamente qualificados do terceiro mundo.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.thecanadianencyclopedia.com/articles/immigration>. Acesso em 8 ago. 2013.



## 2.2 A educação segregada do antigo Canadá

É importante traçar a linha política educacional que o Canadá tomou para que entendamos os processos atuais de políticas educacionais. O antigo Canadá dividia as escolas por princípios racialistas. Quando os escravos chegaram ao Canadá para fugir da escravidão dos Estados Unidos, não encontraram o “paraíso da liberdade”. Não foram escravizados, mas sofreram muito com a segregação racial que perdurou por muitos e muitos anos no território canadense. Não só as escolas, mas até lugares públicos eram dominados por princípios de segregação. Os negros não foram os únicos que sentiram essa injusta discriminação, mas a segregação era mais severa com eles. Pessoas de outras nacionalidades também eram discriminadas, como latinos e, principalmente, asiáticos.

Escolas segregadas no Canadá surgiram tanto por meio de políticas quanto por meio de práticas, como escolas "segregadas" para crianças negras. Isto era mais comum na Nova Escócia e Ontário, onde as escolas separadas eram uma prática normativa instituída por lei. As práticas de segregação nas escolas também estavam presentes em outras províncias, tais como Nova Brunswick, Ilha do Príncipe Eduardo e Colúmbia Britânica (CHAN, 2007). As províncias determinavam seu próprio estatuto de educação. Escolas segregadas eram norma no Canadá e nos Estados Unidos até o início do século XX. A educação para não-europeus era regulada e governada por políticas racializadas. Com essas práticas politizadas de segregação educacional, a cidadania não tinha característica plena alguma perante os cidadãos. Os Atos na área educacional, foram reeditados diversas vezes, mas não perdiam a característica de segregar racialmente, mesmo que de forma indireta, e religiosamente. Os Atos principais na área foram: o Ato de 1846<sup>16</sup>, oficialmente nomeado como o Ato para o Melhor Estabelecimento e Manutenção de Escolas Comuns no Alto Canadá; o Ato das Escolas Comuns de 1850, que dividiu o Alto Canadá em distritos escolares; o Ato das Escolas Comuns, de 1853<sup>17</sup>, que é um suplemento do Ato de 1850, não o revogando; o Ato de 1863<sup>18</sup> das Escolas Separadas Católicas-Romanas do Alto Canadá, que admitia católicos ou quem pagasse taxas para auxílio dos custos das escolas.

Escolas segregadas para negros tinham a intenção de preservar a pretensão de igualdade de oportunidade, mas na verdade atrasavam o ensino. A educação para negros era claramente inferior e desqualificada quando comparada à que era dada aos brancos. Entretanto, o baixo nível educacional de quem foi segregado não era o único problema da

<sup>16</sup> Disponível em: [http://archive.org/stream/cihm\\_39550#page/n3/mode/2up](http://archive.org/stream/cihm_39550#page/n3/mode/2up). Acesso em 15 ago. 2013.

<sup>17</sup> Disponível em: [http://archive.org/stream/cihm\\_22424#page/n8/mode/1up](http://archive.org/stream/cihm_22424#page/n8/mode/1up). Acesso em 15 ago. 2013.

<sup>18</sup> Disponível em: [http://archive.org/stream/cihm\\_23099#page/n5/mode/2up](http://archive.org/stream/cihm_23099#page/n5/mode/2up). Acesso em: 15 ago. 2013.

época, mas também a falta de integração social gerada por essas práticas. A grande preocupação de negros, latinos e asiáticos que iam contra a segregação educacional era na possibilidade de perpetuação da divisão racial.

A Comissão de Direitos Humanos de Ontário (Ontario Human Rights Commission – OHRC)<sup>19</sup> online reforça que a discriminação na educação é espelhada e reforçada pela discriminação na sociedade, por meio de estatutos, política social, práticas institucionais ou ações individuais e da comunidade. É importante destacar que os povos indígenas também eram desvalorizados. Segundo a Comissão, o governo canadense e os povos indígenas entraram numa nova fase após o Ato Indígena, que em 1894 ganhou seções implementadas pelo Governo do Canadá, que não só tornou a participação na escola obrigatória aos aborígenes, mas também enunciou duras consequências para pais e filhos que não cumprissem a obrigação.

A tentativa de proteção das crianças brancas através da segregação de crianças de outras raças aumentava o sentimento de intolerância daquelas novas gerações como se fosse um processo que deveria ser natural, trazendo esta mesma intolerância para a concepção de cidadania. A inferiorização de negros, asiáticos e latinos que existia no Canadá no século XIX parecia mostrar que um processo de aceitação da diversidade que existe hoje jamais seria possível, já que os conselhos educacionais e governos federais e provinciais contribuíram para a racialização da educação através de práticas e políticas. Estava fora de alcance qualquer tentativa de mudar aquela realidade, já que estava protegida por lei.

A segregação durou cerca de um século. A última escola segregada do Canadá foi fechada em 1983, na Nova Escócia. Os esforços coletivos de comunidades marginalizadas trouxeram grandes mudanças na prestação de oportunidades educacionais igualitárias para as crianças. A pressão social tem grande peso para mudar uma realidade socialmente injusta e trazer direitos mais igualitários de cidadania. Veremos nos próximos dois tópicos as políticas multiculturalistas do Canadá, bem como as políticas educacionais também multiculturalistas, que contribuíram para que a inferiorização racial fosse no mínimo amenizada através de ações governamentais e contribuições sociais.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.ohrc.on.ca/en/race-policy-dialogue-papers/tuition-fee-increases-and-history-racial-exclusion-canadian-legal-education>. Acesso em: 21 ago. 2013.

### 2.3 As políticas multiculturalistas do Canadá

O multiculturalismo europeu busca solucionar problemas que países do continente enfrentavam e enfrentam com a imigração e confronto contraproducente para lidar com eles. A própria União Europeia é um grande exemplo de como uma sociedade de identidades coletivas já é uma realidade na Europa. Cidadãos de países-membros da União Europeia têm direito a livre circulação entre os países, podendo encontrar oportunidades de emprego, moradia e estudos em países de outras nacionalidades. O parágrafo 2 do artigo 15 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia<sup>20</sup>, por exemplo, declara que todos os cidadãos da União têm a liberdade de “procurar emprego, trabalhar, de se estabelecer ou de prestar serviços em qualquer Estado-Membro”, sendo qualquer cidadão europeu dotado dos mesmos direitos.

No século XX, o Canadá desenvolveu uma aproximação única para administrar a diversidade étnica e cultural através de uma política multicultural oficial. Os conflitos enfrentados no país parecem ser bem mais eficientes do que em outros países com perfis também multiculturais. Vancouver é a cidade com a segunda maior população de imigrantes no Canadá. Cerca de 40% dos habitantes adultos daquela cidade são imigrantes e 1/4 da população total pertence a minorias (PANCIERA, 2011). Estas estatísticas prometem crescer, já que o governo ainda investe em programas de imigração para aumentar a atual população de 35 milhões de habitantes, número baixo pela grandeza territorial e econômica do Canadá.

Pela primeira vez na história do Canadá, o humanitarismo foi um dos fatores na política de imigração. Uma das razões para a mudança foi o reconhecimento sobre o sofrimento de milhões de refugiados e deslocados de guerra nos alojamentos europeus. O Canadá tem abundância de recursos naturais e, na época das guerras, teve muitas condições para o aumento de sua produção, além de ser o principal parceiro comercial dos Estados Unidos. Mas a mão-de-obra era insuficiente para alcançar os objetivos do governo. A partir disso, trabalhadores de outros países passaram a ser muito bem-vindos no território canadense.

Com essa evolução humanitária, poucas décadas após o período bélico, o Canadá já valorizava várias contribuições de imigrantes no Canadá e declarou novos alvos políticos e econômicos. No ano de 1971, o Primeiro Ministro Pierre Trudeau anunciou que o Canadá

---

<sup>20</sup>Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:083:0389:0403:pt:PDF>. Acesso em: 21 ago. 2013.

adotaria o multiculturalismo como uma política oficial<sup>21</sup>, tendo sido o primeiro país no mundo a oficializar aquela política. Os valores de dignidade de todos os cidadãos independentemente de origem étnica, raça, língua falada ou afiliações religiosas foram oficialmente reconhecidos. A Política de Multiculturalismo também assegurou os direitos dos aborígenes e as duas línguas oficiais canadenses, sendo elas o inglês e o francês. Por meio do multiculturalismo, oficializado pela constituição e pela Carta de Direitos e Liberdades, além de outras políticas, o Canadá luta para que haja integração dentro da sua sociedade em assuntos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Este novo clima no país pediu uma política mais liberal com maior ênfase no humanitarismo. Implementado em 1978, o Ato de Imigração de 1976<sup>22</sup> pôs fim a todas as formas de discriminação e, com variadas emendas adicionadas ao longo dos anos, reconheceu a contribuição cedida ao Canadá por parte dos imigrantes. O Ato de 1976 concedeu mais poder às províncias na criação de suas próprias leis de imigração desde que não contrariassem as regras federais. Refugiados, familiares e imigrantes independentes fizeram parte do novo ciclo de aceitação por parte das autoridades de imigração. As regras eram desta vez menos severas, mas ainda muito restritas. O século XX ficou, portanto, marcado por um novo ciclo de aceitação de indivíduos de qualquer parte do mundo dentro das restrições imigracionais.

A Constituição Canadense de 1982 define, entre outras providências, os direitos em geral para todos os canadenses, incluindo os aborígenes; lista os poderes executivos e legislativos de 4 províncias; e define os poderes exclusivos das legislaturas provinciais. A Constituição finalmente elimina a dependência da legislação britânica no Canadá.

A Carta Canadense dos Direitos Humanos e das Liberdades, de 1982<sup>23</sup>, é a primeira parte da Constituição. No artigo 2 da Carta, as liberdades fundamentais englobam a liberdade de consciência e religião; de pensamento, crença, opinião e expressão, incluindo liberdade de imprensa e de outros meios de comunicação; de assembléia pacífica; e de associação. O artigo 15, no campo de “Direitos Iguais” da Carta, declara que todo indivíduo é igual perante a lei e tem o direito a proteção e benefícios iguais legais sem discriminação, especialmente baseada em raça, nacionalidade ou origem étnica, cor, religião, sexo, idade ou por incapacidade física ou mental. A noção de cidadania naquela década foi mais enfática e oficialmente declarada, apesar de não funcionar de forma homogênea no país como um todo, já que as minorias e pessoas de outras raças ainda sofrem discriminação dentro da sociedade.

---

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.cic.gc.ca/english/multiculturalism/citizenship.asp>. Acesso em: 30 jul. 2013.

<sup>22</sup> Disponível em: [http://www.canadiana.ca/citm/specifique/immigration\\_e.html](http://www.canadiana.ca/citm/specifique/immigration_e.html). Acesso em: 2 ago. 2013.

<sup>23</sup> Disponível em: <http://laws-lois.justice.gc.ca/eng/const/page-15.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

O parágrafo mais enfático da Carta sobre o multiculturalismo é o 27, que afirma o seguinte: “This Charter shall be interpreted in a manner consistent with the preservation and enhancement of the multicultural heritage of Canadians”. A preservação e o aprimoramento do multiculturalismo no Canadá ficaram muito enfáticos nas leis posteriores ao ano de 1971. Após a implementação da Constituição canadense em 1982, várias emendas foram adicionadas até o ano de 2001, relacionadas aos direitos dos aborígenes, bem como assuntos relacionados às províncias de Terra Nova, Quebec, Nova Brunswick e Labrador.

Em 1985, o Ato de Cidadania (Citizenship Act)<sup>24</sup> foi reformulado. Determina quem são os cidadãos canadenses, bem como os direitos para aquisição da cidadania, a perda da cidadania e recomeço do processo, certificação de cidadania, procedimentos, administração, ofensas por meio de fraudes, status de cidadania e no final está transcrito o juramento de cidadania, enfatizando a lealdade à rainha Elizabeth, mostrando que os laços britânicos serão eternos: Juro que serei fiel e apoiarei verdadeira fidelidade à Sua Majestade, a Rainha Elizabeth Segunda, Rainha do Canadá, Seus Herdeiros e Sucessores, e que obedecerei às leis do Canadá e cumprirei meus deveres como cidadão canadense<sup>25</sup>.

Os conceitos de cidadania reportados no Ato de cidadania trouxeram mudanças na concepção de canadenses como cidadãos, já que davam mais independência colonial e mais laços com o próprio regionalismo canadense. O Departamento de Cidadania e Imigração atual (CIC)<sup>26</sup> foi concedido com o poder de indicar novos regulamentos aos cidadãos canadenses. O CIC examina e aprova admissões de imigrantes, estudantes estrangeiros, visitantes e trabalhadores temporários que ajudam no crescimento social e econômico do Canadá; reinstala, protege e proporciona um refúgio seguro para os refugiados; auxilia na adaptação dos recém-chegados na sociedade canadense e no processo de cidadania canadense; gerencia o acesso ao Canadá para proteger a segurança e a saúde nacional dos canadenses e da integridade das leis canadenses; auxilia os canadenses e recém-chegados a participar plenamente na vida econômica, política, social e cultural do país. De acordo com o CIC, 160 mil pessoas por ano se tornam cidadãs canadenses.

A nova concepção de cidadania que o governo canadense deseja por parte da sua sociedade é conceituada e oficializada por meio de atos. O multiculturalismo é uma das propostas governamentais para uma reforma do conceito de cidadania e das metas políticas e

---

<sup>24</sup> Disponível em: <http://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/C-29/page-1.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

<sup>25</sup> I swear (or affirm) that I will be faithful and bear true allegiance to Her Majesty Queen Elizabeth the Second, Queen of Canada, Her Heirs and Successors, and that I will faithfully observe the laws of Canada and fulfill my duties as a Canadian citizen. (Citizenship Act of 1985)

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.cic.gc.ca/english/department/what.asp>. Acesso em: 8 ago. 2013.

econômicas do Canadá. O sítio eletrônico oficial do governo canadense para leis de justiça expõe o texto integral do Ato do Multiculturalismo de 1988<sup>27</sup>, composto por 9 sessões que envolvem instituições federais, responsabilidades gerais, acordos provinciais e internacionais, Comitê Consultivo e informações que orientam as publicações dos relatórios anuais. Algumas das principais funções das instituições federais abordadas pelo Ato é que elas devem assegurar que os canadenses de todas as origens devem ter oportunidades igualitárias de emprego, promover políticas e programas que aumentem a responsabilidade social, além de coletar dados estatísticos como forma de aprimorar tais programas e políticas de multiculturalismo. Os direitos e liberdades estão garantidos pela Carta de Direitos e Liberdades e pelo Ato de Direitos Humanos Canadenses, dos quais o Ato do Multiculturalismo é subordinado. O artigo 3 do Ato do Multiculturalismo declara que a política governamental canadense reconhece e promove os seguintes pontos principais: a reflexão da diversidade racial e cultural pelo multiculturalismo, sendo tal diversidade característica fundamental da herança canadense; a participação igualitária de indivíduos e comunidades de todas as origens; o tratamento e a proteção igualitários perante a lei, com respeito e valor na diversidade; o respeito por parte das instituições canadenses em caráter multicultural; o surgimento de novos conceitos pela interação de comunidades distintas; a preservação e o aprimoramento dos usos de línguas alheias ao inglês e francês sem enfraquecer o uso das línguas oficiais, caracterizando o despertar de um novo perfil de cidadania.

O exemplo canadense de tentar abraçar a diversidade cultural não precisa tentar ser copiado, pois é a situação econômica de cada país que decidirá a necessidade de o multiculturalismo ser implementado ou desenvolvido em cada região, mas é sem dúvida um modo de entender que é possível criar uma esfera que possibilite uma convivência mais harmônica dentro de uma sociedade de identidades coletivas. Mas vale lembrar que o multiculturalismo já nasce de modo controverso. Quanto maior a diversidade, maior a quantidade de requisitos políticos e sociais que serão solicitados ao governo, que precisa trabalhar de modo que a herança nacional ainda seja o fator político principal.

Uma das naturezas controversas do multiculturalismo é a criação de uma esfera de aculturação, que é iniciada pelo contato entre dois ou mais grupos culturais. Segundo Panciera (2010), há muitas causas para tal contato, que no caso do Canadá são o colonialismo e, mais recentemente, a imigração. Aculturação é um processo de longo prazo que acontece tanto a

---

<sup>27</sup> Disponível em: <http://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/C-18.7/page-1.html#docCont>. Acesso em: 25 ago. 2013.

nível cultural do grupo quanto a nível psicológico do indivíduo. O Canadá trabalha este mosaico integracional através dos esforços governamentais e falhas que também auxiliam no surgimento de novas ações que aprimorem os emaranhados que formam o processo multicultural. A melhor maneira de trazer uma harmonia social dentro de uma realidade de identidades múltiplas é por meio da educação. O Canadá já trabalha com políticas educativas que elevam a compreensão de multiculturalismo no país e que tentam moldar uma nova concepção de cidadania. Elas serão abordadas mais adiantes neste trabalho.

No método multicultural canadense, cada província adota sua política, como é o caso da Colúmbia Britânica. O CIC opera em nível federal e coopera com os governos provinciais em suas respectivas políticas. Algumas ONGs cooperam com programas de multiculturalismo como forma de auxiliar no aprimoramento do programa. É fundamental esta interação governamental de vários níveis junto com a esfera não-governamental, pois isso demonstra que a sociedade também coopera de forma independente.

É importante enfatizar que, por conta das inúmeras dicotomias presenciadas em uma sociedade de identidade coletiva, muitas situações não são resolvidas por lei federal e acabam atingindo níveis menores de decisões. Panciera (2011) menciona, por exemplo, que a disputa sobre meninas usarem o hijab, vestimenta islâmica, nas escolas, ocorreu em Quebec. Uma solução unificada não foi encontrada, deixando a decisão com as escolas de permitirem ou proibirem o hijab. São casos como este que mostram que as pluralidades construídas pelo multiculturalismo podem ser compostas por muitas fragilidades ao ter que lidar com tantas diferenças culturais. Certas diferenças podem levar a um descontrole de determinações legais na sociedade integrada, vindo daí a importância dos estrangeiros imigrantes em também saberem conviver no contexto de herança canadense.

Apesar do dinamismo das culturas presentes em um país multicultural, definir limitações é importante. A tentativa de “abraçar o mundo” por parte do Canadá pode ser frustrante e sair do alvo de desenvolvimento planejado pelo governo. A Austrália limita legalmente alguns princípios, mas não deixa de reconhecer a importância do multiculturalismo. Segundo dados do Conselho Multicultural Australiano, desde a Segunda Guerra Mundial, mais de 7 milhões de pessoas migraram para a Austrália. O Conselho acredita que esta diversidade traz benefícios econômicos e culturais importantes, traduzindo em uma maior compreensão do mundo globalizado, mas os imigrantes devem se adequar às tradições australianas. De qualquer forma, a Política de Multiculturalismo da Austrália,

conhecida como “O Povo da Austrália” (The People of Australia)<sup>28</sup>, reconhece a diversidade, construindo um compromisso multicultural. No documento oficial, quatro princípios principais são expostos: a celebração e valorização dos benefícios da diversidade para todos os australianos; o compromisso governamental com uma sociedade inclusiva e coesa; a boa receptividade de benefícios econômicos, comerciais e em investimentos que crescem com o multiculturalismo; a ação de promover compreensão e aceitação, além de responder a expressões de intolerância e discriminação na força da lei quando necessário.

Em 2001, foi implementado o Ato de Proteção aos Imigrantes e Refugiados (Immigration and Refugee Protection Act)<sup>29</sup> no Canadá. Dentre os objetivos de imigração relatados na sessão 3 do Ato, estão a permissão de benefícios sociais, culturais e econômicos, respeitando o caráter federal, bilíngue e multicultural do Canadá; o fortalecimento da economia canadense; a promoção da integração social; a facilitação da entrada de visitantes, estudantes e trabalhadores temporários para promover o comércio, o turismo e o entendimento internacional cultural, educacional e científico das atividades exploradas no Canadá; trabalho de cooperação com as províncias para assegurar melhor reconhecimento de residentes permanentes e a aceleração da integração deles na sociedade.

As classes sociais abordadas no Ato não sofrem discriminação. A exigência se enquadra em reunificação familiar, imigração econômica e refugiados. A inadmissibilidade engloba várias características, como possíveis terroristas, sujeitos a espionagem, suspeitos de ameaça à segurança do país, criminosos e quaisquer outros indivíduos sujeitos a violações do Ato. Os refugiados são protegidos através do Ato pelos seguintes ideais principais: reconhecer que a vida de refugiados pode ser salva; enquadrar o Canadá nas obrigações legais internacionais, estabelecer procedimentos justos e eficientes que irão manter a integridade do sistema canadense de proteção de refugiados; proteger a saúde e garantir segurança aos canadenses, negando a entrada de refugiados criminosos ou que possam provocar riscos de segurança nacional.

O censo de 2001 já mostrava que 18% dos habitantes canadenses nasceram fora do país, contra 11% do mesmo índice na população estadunidense. Somente a Austrália tem maior porcentagem anual, de 22%. Os programas da política do multiculturalismo focam em intercâmbio intercultural, igualdade e anti-discriminação (PANCIERA, 2011). O Canadá atingiu, portanto, esferas inalcançadas em outros países com perfis multiculturalistas, por

---

<sup>28</sup>Disponível em: [http://www.immi.gov.au/media/publications/multicultural/pdf\\_doc/people-of-australia-multicultural-policy-booklet.pdf](http://www.immi.gov.au/media/publications/multicultural/pdf_doc/people-of-australia-multicultural-policy-booklet.pdf). Acesso em: 3 set. 2013.

<sup>29</sup>Disponível em: <http://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/I-2.5/index.html#docCont>. Acesso em: 25 ago. 2013.



meio da conscientização coletiva de que sua história já nasceu multicultural e deve não só respeitar, mas manter esse pano de fundo e continuar progredindo multiculturalmente.

É importante destacar que o modelo canadense de multiculturalismo foi facilitado pela localização geográfica, pelos acontecimentos da época e pelas necessidades econômicas do país. São de fato razões que levaram o multiculturalismo a ser mais absorvido no Canadá do que nos Estados Unidos da América, de onde a ideia principal de multiculturalismo surgiu. Tendo a globalização como crescente e constante realidade, as leis internacionais podem fortalecer os valores multiculturais.

De acordo com Riddel-Dixon (2008), o programa federal de multiculturalismo já não mais centraliza financiamentos a grupos étnicos, o que tem prejudicado significativamente suas bases financeiras. Todavia, os programas de multiculturalismo são historicamente recentes e ainda estão em um longo processo de construção que pretende construir melhores resultados para os grupos envolvidos. Parte deste processo se deve por meio do sistema educacional. O próximo tópico trata de propostas e políticas educacionais que já foram implementadas na área de multiculturalismo.

## **2.4 As políticas educacionais de multiculturalismo**

Desde a criação da política de multiculturalismo em 1971, políticas de conselhos escolares e das províncias querem enfatizar a consciência cultural, apesar de que nem sempre a existência da política garante as práticas sugeridas. A Carta Canadense dos Direitos Humanos e das Liberdades, de 1982<sup>30</sup>, determina, através do artigo 23, que os cidadãos canadenses têm o direito de educação primária e secundária em inglês ou francês ministradas aos seus filhos. Quando suas línguas natas não são inglês ou francês, instrução linguística é bancada por fundos públicos. Entretanto, com poderes individuais e dependentes de fundos que financiem os investimentos de interesse de cada província, as províncias se deparam com várias diferenças de níveis de programas educacionais que desenvolvam o multiculturalismo, que serão abordadas mais adiante.

Algumas províncias do Canadá, tais como Alberta, Manitoba e Colúmbia Britânica, seguiram o caminho de atos de multiculturalismo ou combinaram atos e políticas que incluem princípios de direitos humanos e cidadania nas décadas de 1980 e 1990. Esta é uma das formas para que as novas gerações evoluam e tenham o multiculturalismo como um dos pilares do crescimento econômico e amadurecimento social do Canadá. Entretanto, ainda há

---

<sup>30</sup> Disponível em: <http://laws-lois.justice.gc.ca/eng/const/page-15.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

muitos olhares discriminatórios nas comunidades racializadas, não só no Canadá como no resto do mundo. Este problema social é também um problema mundial.

Grandes mudanças já ocorreram após diálogos significativos que desafiaram políticas e práticas racializadas. Claramente, a continuação de tais diálogos é crucial para uma mudança na educação. Wane observa: "educação em populações racialmente, culturalmente e etnicamente diversas requer um engajamento com assuntos de políticas racializadas, que devem ser articulados no contexto de racialização histórica e nos elementos políticos e sociais da educação" (WANE, 2007, p.162). A discussão das questões raciais no Canadá no ramo político ainda faz parte de programas novos que o governo criou, mas já representam o avanço que se inicia para que haja uma maior harmonização da categoria racial nas prioridades dos programas de multiculturalismo.

Diante da grande importância da implementação do Ato do Multiculturalismo, que atende ao princípio de aceitação e respeito da diversidade, a esfera mais importante para que isso seja uma realidade é sem dúvida a educacional, por meio da legalização do conjunto de pretenções do multiculturalismo por parte do governo do Canadá. Uma das formas de levar isso para as escolas é através do investimento no conhecimento linguístico dos imigrantes recém-chegados e também para os que lá já habitam.

O surgimento das políticas educacionais no Canadá ocorreu a partir de conceitos que já existiam nos Estados Unidos. Os desenvolvedores e educadores da teoria multiculturalista se inspiraram em materiais curriculares estadunidenses com influências educacionais (JOSHEE; WINTON, 2007). Entretanto, tais políticas ganharam alto desenvolvimento nas práticas governamentais canadenses, com bem mais investimentos do que no outro país.

O multiculturalismo no contexto educacional funciona como um processo de reforma escolar. James Banks (2012), que acredita que a racialização sempre foi um grande empecilho em qualquer progresso social, enfatiza que as microculturas dos demasiados grupos culturais étnicos existentes nos EUA formam a macrocultura nacional apesar de manterem suas peculiaridades fora do ponto de interseção multicultural. Segundo ele, um indivíduo pertence a grupos diversos ao mesmo tempo, mas colabora na formação da macrocultura. Assim como o próprio multiculturalismo, a educação multicultural ainda não é bem entendida e muito menos bem implementada. Ela é normalmente associada a grupos culturais, raciais e étnicos. Entretanto, segundo Banks, a política de educação de natureza multicultural abrange dimensões bem mais complexas, sendo elas a integração de conteúdo, o processo de construção de conhecimento, a redução do preconceito, a equidade pedagógica e, finalmente,

o poder de se criar uma estrutura social e escolar. A primeira característica é o primeiro traço da linha que vai levar até esta última estrutura.

Charles Lippy (2012) afirma que as religiões que vieram com os imigrantes para a América já marcava o início da presença da diversidade. Elas, afinal, influenciam em crenças sociais. O pluralismo foi, desta forma, fazendo parte da sociedade estadunidense. Segundo Lippy, o pluralismo ilustra a impossibilidade de haver uma única tradição ou dominância cultural.

É importante expor como são as políticas e a realidade social estadunidense, já que o Canadá nelas se baseou. A educação multicultural está enraizada na reconstrução social, focando na igualdade. Como já afirmam Grant e Sleeter (2012), para que os estudantes entendam a democracia, eles precisam vivenciá-la através de práticas políticas e ações sociais. A escola pode auxiliá-los a tomar tais direções. O Canadá já tenta trabalhar desta forma, apesar de todos os desafios que o multiculturalismo cria. A sociedade estadunidense ainda é muito racista em muitos aspectos, além de ser sexista e classista. O Canadá não está fora desta realidade, mas conseguiu desenvolver com mais destaque a importância de ter um perfil multicultural.

As políticas canadenses sobre a educação lingüística do imigrante são relativamente recentes, mas o desenvolvimento histórico canadense tem tido um impacto significativo e duradouro em sua resposta a necessidades lingüísticas dos imigrantes. O período dos anos 1940 ao início dos anos 1950 foi fundamental para o desenvolvimento da política na educação multicultural e no multiculturalismo de forma mais ampla no Canadá. As políticas de educação para o multiculturalismo se desenvolveram conforme as próprias leis de multiculturalismo sofriam alterações. Entretanto, sendo o poder provincial independente de muitos ramos do governo federal, a implementação da política educacional foi realizada em diferentes maneiras em cada província.

Uma crítica atual feita às escolas estadunidenses é que elas preparam os estudantes para suas futuras carreiras profissionais, mas pouco investem no papel deles como cidadãos. Grant e Sleeter (2012) determinam que a proposta aos professores é que eles sejam ecléticos e que saibam tomar atitudes em classe que favoreçam a capacidade de reflexão dos alunos para uma visão multicultural dos que estudam. Segundo eles, as metas da educação multicultural são a redução do preconceito e discriminação, promovendo, assim, a igualdade de distribuição de poderes entre membros de diferentes grupos sociais. Essa reforma social só é possível se houver envolvimento por parte das escolas. Grant e Sleeter (2012) destacam que o ataque de 11 de setembro de 2001 e a Guerra no Oriente Médio provocaram um recuo na concepção de

multiculturalismo sobre a importância do respeito e aceitação da diversidade nos EUA. Eles passaram a ter visões negativas de muçulmanos e árabes, provocando altos índices de negação de vistos a pessoas com nacionalidades suspeitas, além de tomar outras atitudes na área de segurança nacional que tentam evitar novos ataques terroristas. Os EUA, desta forma, ficam longe do que já é uma realidade no Canadá na esfera multicultural.

Banks (2012) deixa muito clara a importância do papel e das atitudes dos professores em sala de aula. Eles são um espelho para a futura sociedade que será formada a partir dos ensinamentos ministrados em salas de aula. O próprio livro de Banks serve como um guia a professores que querem aprender boas formas de não apenas ter perfis de aceitação do multiculturalismo, mas saber passar este ensinamento, que abre novas interpretações por parte dos alunos, além de ser fundamental para o entendimento de forma mais integral dos assuntos abordados na escola e também para aumentar a flexibilização ideológica dos alunos, que são o futuro da nação.

No Canadá, a educação de cidadania (citizenship education) foi criada para incluir informação que reduziria o preconceito diante das comunidades dos recém-chegados. Em 1944, o Conselho Canadense de Educação para a Cidadania (Canadian Council of Education for Citizenship), posteriormente conhecido como o Conselho de Cidadania Canadense (Canadian Citizenship Council - CCC), sugeriu para seus membros, através de um memorando, que seja responsável pela educação da cidadania dos recém-chegados. Quatro anos depois, o Conselho contratou Florence Gaynor, especialista líder na área, para desenvolver um programa para professores de inglês como segunda língua. A partir disso, o CCC desenvolveu e distribuiu materiais cívicos, inspirados em fontes estadunidenses. Livretos também foram lançados posteriormente (JOSHEE; WINTON, 2007). Esta era uma maneira rápida de informar a sociedade de que um novo direcionamento estava sendo tomado nos sistemas escolares canadenses. Apesar da profunda influência estadunidense no desenvolvimento do multiculturalismo e da educação multicultural no Canadá, o contexto histórico de cada país já mostrava que eles cresceriam de formas diferentes frente à importância que dariam ao contexto multicultural em seus países.

Joshee e Winton (2007) propõem que ao menos seis diferenças significativas entre os Estados Unidos e o Canadá permitiram o estabelecimento dessas ideias com mais destaque no Canadá. Tais diferenças se enquadram em dois grupos: a sociedade canadense como um todo e os ideais canadenses sobre eles mesmos e o processo de desenvolvimento de políticas específicas na área de diversidade cultural: 1) o Canadá construiu uma medida de respeito pelas culturas minoritárias na estrutura do país, enquanto também incorporava o princípio de

limites para o tipo de diversidade que era admissível; 2) o Canadá é um país mais jovem do que os Estados Unidos e foi um país de refúgio para a busca da liberdade de escravos que viviam nos EUA, transformando o Canadá em um nível maior de tolerância desde o início da sua história; 3) desde o final da década de 1940, o Canadá tem se visto como um país progressivo com algo a oferecer para a comunidade internacional; 4) desde os anos 1940, houve uma maior conexão entre agências governamentais e determinadas organizações não-governamentais; 5) a ligação estabelecida entre diversidade cultural e cidadania é uma característica de pós-guerra; 6) muitas pessoas que eram influentes no início do processo de desenvolvimento político tiveram algum tipo de comprometimento com a diversidade cultural.

O primeiro item diferencial entre os dois países, mencionado acima, permitiu que os aborígenes do Canadá, que foram ignorados durante muito tempo no tocante à valorização e reconhecimento de suas culturas, fossem, evidentemente, também parte do contexto multicultural canadense. Jan Hare<sup>31</sup> sugere que as comunidades aborígenes devem ser direcionadas a uma posição de comprometer uma nova geração de contribuidores potentes para o avanço da educação aborígine (DERWING; MUNRO, 2007). Através do multiculturalismo no Canadá, grupos minoritários finalmente encontraram a chance de ter voz e participar mais efetivamente da sociedade canadense, apesar da resistência de parte da sociedade ainda existir.

Apesar dos progressos já alcançados, é importante destacar que o racismo ainda está altamente presente nas sociedades. A integração racial abre, entretanto, diálogos que podem ser importantes para o entendimento da diversidade. Ao celebrar os 50 anos do sonho que Martin Luther King tivera para o fim do julgamento de pessoas pela cor da pele no país, o presidente estadunidense, Barack Obama, fez um discurso em Washington, em agosto de 2013, demonstrando orgulho do que já foi conquistado a partir do sonho de King, mas reconheceu que seu sonho não foi completamente realizado e que a luta deve continuar, pois as diferenças entre brancos e negros na sociedade ainda é crítica, como já reflete o índice de desemprego de negros e latinos, que é muito mais alto do que entre os brancos<sup>32</sup>. No Canadá, as diferenças raciais também continuam a ser um problema. Entretanto, o governo canadense lamentou oficialmente os acontecimentos injustos que ocorreram no Canadá até a segunda

---

<sup>31</sup> Autora e educadora da Universidade de Colúmbia Britânica.

<sup>32</sup> Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/08/29/us/obama-commemorates-kings-dream-speech.html?pagewanted=3>. Acesso em: 16 set. 2013.

metade do século XIX, celebrando e reconhecendo as diferenças através de eventos e programas financiados pelo governo, como será relatado mais adiante.

No ramo das políticas multiculturais de educação, James Banks (2012) defende que deve haver uma grande reforma curricular nas esferas escolares, mas que deve também ser constante por conta das contínuas mudanças regionais e globais. As referências adquiridas na escola por meio do método de ensino podem ser carregadas para o resto da vida pelos estudantes e podem igualmente levar preconceitos ao meio social.

Os estadunidenses hoje aprendem com os exemplos canadenses. Barack Obama reformulou em 2013 políticas imigracionais que permitem a legalização de milhares de imigrantes que vivem no país há muitos anos. Há também no país escolas de inglês para estrangeiros, mas os esforços governamentais para uma mentalização social de multiculturalismo são mais sutis do que os que ocorrem no Canadá. Com uma população de mais de 300 milhões de pessoas e com mão-de-obra suficiente, a aceitação de novos imigrantes seria um grande desafio para os Estados Unidos.

Para mostrar os lados fortes e fracos das políticas educacionais de multiculturalismo no Canadá, serão explanados abaixo os programas governamentais que pretendem igualitar oportunidades de emprego e fortificar a integração social entre cidadãos natos e imigrantes no país.

## **2.5 Os Programas de instruções linguísticas para imigrantes e seus andamentos**

Apoiados pelo CIC, as Instruções Linguísticas para Recém-Chegados no Canadá (Language Instruction for Newcomers to Canada - LINC) é um programa língua estrangeira como segunda língua (English as a Second Language - ESL) que foi introduzido pelo governo federal nas áreas inglesas do Canadá no ano de 1997. Quebec estabeleceu seu próprio programa de francofonia, que é semelhante ao LINC. Alguns governos provinciais também oferecem o ESL. Os governos da Colúmbia Britânica, Manitoba e Quebec são responsáveis pelo desenvolvimento dos programas em suas províncias. Nos níveis escolares primário e secundário, também existem vários modelos. Todo esse processo de qualificação linguística é um dos principais passos para a integração social pela facilitação na comunicação, mas ainda é muito desnivelado.

Os programas de LINC ministram aulas de inglês, mas também tratam de outros assuntos, como temas sobre o Canadá, integração social, reforços para busca de empregos, entre outros. Dados oficiais mostram que cerca de 63% dos professores ensinam inglês para o

dia a dia e cerca de 31% sobre integração social, conforme a avaliação do estudo da execução do programa.

Nos EUA, também há alunos de programas de perfis de ESL (ELs – English Learners), mas estão concentrados em apenas seis estados, como Califórnia e Flórida, e englobam pouco mais de 10% das matrículas em escolas públicas. O apoio linguístico estadunidense é apenas para o aprendizado da língua inglesa por parte dos imigrantes. A fala de outras línguas não tem o mesmo apoio governamental, apesar de existir em pequena escala. Segundo Varghese e Stritikus (2012), os programas de multiculturalismo nos EUA são pobres, com recursos limitados e falta de comprometimento na criação de políticas. O espanhol também é ensinado, mas em nível básico nas escolas estadunidenses, assim como acontece com o ensino de inglês nas escolas públicas do Brasil.

O programa ESL<sup>33</sup> do Canadá fornece, coordena e recomenda serviços pagos e não pagos para estudantes, professores, escolas e outras instituições. As áreas de estudo da língua inglesa são variadas e englobam serviços a estudantes de escolas, bem como acadêmicos e intercambistas, fornecendo, também, serviços de treinamento e educação profissionais a professores que desejam se qualificar através do programa. O ensino ESL também ocorre virtualmente como forma de aprimoramento das formas de aprendizado dos estudantes. O ESL ministra classes para negócios, gramática, artes, ciência e tecnologia, estudos sociais, informática e até mesmo matemática. O programa atende basicamente a necessidades individuais específicas. É importante reconhecer que o programa ainda está em desenvolvimento, o que explica as queixas de vários imigrantes que precisam do serviço, segundo análises do programa.

A última análise do LINC, Avaliação do Programa LINC<sup>34</sup>, efetuada pela Ekos<sup>35</sup>, averiguou melhorias e falhas do programa LINC, bem como outras críticas. Os imigrantes que desejam participar do programa devem fazer um teste de nivelamento antes da definição do nível de LINC que ele pertence, que vai de 1 a 7, apesar de tais níveis não englobarem todo o país. A primeira observação negativa é a de que algumas províncias só ensinam até certo nível, o que prejudica as metas de buscas linguísticas e profissionais dos estudantes. O nível

---

<sup>33</sup> Disponível em: <http://www.eslincanada.com/english/overview.php>. Acesso em: 9 set. 2013.

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www.cic.gc.ca/english/resources/evaluation/linc/2010/>. Acesso em: 27 ago. 2013.

<sup>35</sup> Ekos Research Associates é uma empresa canadense pública de pesquisas e membro da MRIA, a Associação de Pesquisa de Mercado e Inteligência (Marketing Research and Intelligence Association), que é a antiga Associação Canadense de Organizações de Pesquisa de Marketing. As pesquisas Ekos atendem todos os padrões industriais e existe há mais de três décadas. Ekos é um consultor especializado em pesquisa de mercado, pesquisa de opinião pública e assessoria de comunicação estratégica, programa de avaliação e mensuração de desempenho, recursos humanos e pesquisa organizacional. A Ekos localiza-se nas províncias de Ontário e Manitoba.

mais comum ministrado é o de 1 a 5. Os níveis 6 e 7 do LINC só começaram a ser ministrados em poucas províncias, como Alberta, no ano de 2006, com a maioria dos alunos sendo da classe de profissionais qualificados. Os níveis de 1 a 5 estão presentes por todo o país. O ESL informa que o nível 5 é considerado pré-intermediário. O nível 6 é encontrado na Nova Escócia. Os níveis 6 e 7 também são ministrados em Ontário. Alberta tem níveis maiores, pois a própria província colaborou com mais investimentos, como foi o caso da cidade de Edmonton.

De acordo com a análise do ESL<sup>36</sup>, o nível exigido para aquisição de emprego é de no mínimo 8. A maioria das esferas de recrutamento exige de 10 a 12 como nível de LINC, apesar de o programa raramente fornecer ensinamento até o nível 12. As universidades exigem um mínimo de nível 9 para admissão de alunos com línguas nativas alheias ao inglês ou francês. Para quem deseja alcançar um maior nível linguístico, o programa ESL cobra um valor que pode variar entre \$25 e \$65 por hora. As diferenças de níveis provocam, portanto, desníveis no padrão desejável de conhecimento das línguas estudadas e pode afetar negativamente nas procuras futuras de emprego ou quaisquer outros fins. Os programas poderiam ser integrados nos cenários de locais de trabalho, providenciando simultaneamente uma experiência canadense e um apoio linguístico, já que a experiência canadense é outra grande barreira para muitos imigrantes.

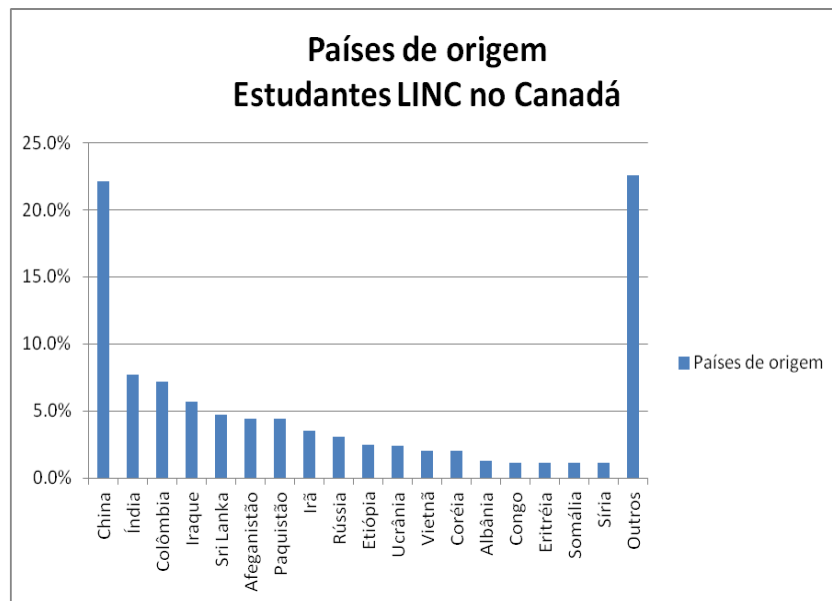
Diante da grande quantidade de estrangeiros que migram para o país, o problema de desnivelamento do programa afeta muitos deles. Veja a seguir o gráfico da avaliação, que mostra quem são os estrangeiros que mais migram para o Canadá. Os chineses são a grande maioria, seguidos pelos indianos, demonstrando que é da Ásia onde as pessoas mais imigram para o Canadá.

---

<sup>36</sup> Disponível em: <http://www.eslincanada.com/english/englishtests.php>. Acesso em: 9 set. 2013.



Gráfico 1 - Canadá: País de Nascimento de Estudantes de LINC – 2010



Fonte: Avaliação do Programa LINC:

<http://www.cic.gc.ca/english/resources/evaluation/linc/2010/appendix-a.asp>

Acesso em: 28 ago. 2013

Programas bilíngües em línguas de herança (línguas com exceção do inglês e do francês) existem, mas não têm sido desenvolvidos extensivamente, com exceção de algumas cidades, com destaque a Edmonton (capital da província Alberta), onde por vinte anos vários programas foram bem sucedidos. Ao contrário do que afirma a avaliação sobre o LINC, que os professores são muito qualificados para ministrar as aulas, Derwing e Munro afirmam que, em muitas províncias, um dos maiores problemas do provimento de educação para estudantes de ESL é a falta de professores treinados nos sistemas das escolas (DERWING; MUNRO, 2007). A crítica se baseia na falta de padrão curricular. As tentativas do governo canadense em aumentar esses programas existem, mas a quantidade de línguas diferentes que são faladas por imigrantes é tão grande que parece bem desafiante conceder aulas de todos os idiomas. Mais uma vez, a limitação de decisões de certos programas pode parecer melhor do que tentar acompanhar todas as diferenças que ingressam no país através dos imigrantes.

De acordo com o mesmo relatório de análise, os pontos fortes se destacam em flexibilidade do programa, acessibilidade, qualidade, parcerias com SPOs<sup>37</sup>, desenvolvimento de pesquisa e fontes. Os pontos fracos se resumem em falta de progresso em exames finais, falta de currículo padrão, falta de acesso para os novatos em áreas rurais, falta de

<sup>37</sup> Organizações Prestadoras dos Serviços de LINC, conhecidas como SPOs.

desenvolvimento do CLIC<sup>38</sup>, além de encargos administrativos consideráveis para SPOs e oficiais do CIC.

É muito válida a afirmação de Derwing e Munro (2007), quando declaram que a sociedade mostra que a mais importante recomendação para um aperfeiçoamento das políticas educacionais de multiculturalismo é a necessidade de um comprometimento relevante por todas as partes interessadas para a educação de crianças integradas no programa ESL. Ignorar as necessidades das crianças imigrantes se transforma na falta de acesso equitativo à educação e às línguas, correndo o risco de essas crianças se tornarem crianças de subclasse. E certamente esta consequência não é o alvo do governo canadense, que desde o início das restrições imigracionais procurou assegurar que os imigrantes tivessem ao menos duas coisas em comum: a qualidade linguística e a profissional, exigência que aumentou ao longo dos anos. Mas o desafio é grande e este contraste na busca de imigrantes duplamente qualificados com a desigual programação das políticas educacionais pelo país afora faz destes dois lados da moeda mais um desafio para os objetivos governamentais.

## **2.6 As consequências da implementação da política de multiculturalismo, avaliações e perspectivas**

A Seção de Multiculturalismo e Direitos Humanos do Departamento de Herança Canadense transferiu, em 2008, o Programa do Multiculturalismo ao CIC, gerando reorganizações do programa. Acadêmicos foram convidados a analisar a situação sócio-econômica das regiões canadenses, que foram estudadas de 2008 a 2010. O relatório do Atual Estado do Multiculturalismo no Canadá e Temas de Pesquisa<sup>39</sup> (The Current State of Multiculturalism in Canada and Research Themes on Canadian Multiculturalism 2008-2010), publicado em 2010, foi formulado por Will Kymlicka com apoio do CIC pela necessidade de determinar assuntos principais e problemas de multiculturalismo no Canadá. Dos dez temas estudados, os três primeiros foram a adaptabilidade do multiculturalismo à diversidade religiosa; racismo e discriminação; e integração no mercado de trabalho.

O relatório explora perspectivas a favor e contra o multiculturalismo, bem como maneiras de aprimoramento da política de multiculturalismo. Segundo Kymlicka, há recentes evidências de que o multiculturalismo é benéfico para a economia e a sociedade, apesar de

---

<sup>38</sup> Curso de Língua para os Imigrantes do Canadá (Cours de Langue pour les immigrants au Canada - CLIC), que é um curso de língua francesa para a parte francófona do Canadá.

<sup>39</sup> Disponível em: <http://www.cic.gc.ca/english/pdf/pub/multi-state.pdf>. Acesso em: 3 set. 2013.

haver repercussões internacionais negativas da política, vindas principalmente da Europa<sup>40</sup>. Os benefícios se enquadram nas esferas de evidências de destaque do Canadá no tocante ao processo imigracional, bem como o de integração de minorias, e evidências de que a política multiculturalista desempenha um papel positivo neste processo. Como exemplo de evidências, o relatório expõe que o Parlamento canadense comporta mais cidadãos não-natos na maioria de sua composição, servindo como um link de identidade nacional entre cidadãos natos e não-natos.

Dentre os debates sobre o multiculturalismo, os dois maiores argumentos a favor e contra são a promoção da integração social e a promoção do isolamento étnico, respectivamente. Kymlicka defende que tais ideias podem ser descartadas após os recentes estudos da política multiculturalista. O multiculturalismo não só promove integração, como cidadania. Os cidadãos natos se interagem com cidadãos de outras origens e juntos formam um novo olhar e novas ações de cidadania, através da tolerância, respeito e convivência na sociedade. O outro lado da moeda mostra que, em alguns países, as políticas multiculturalistas, que não receberam investimento suficiente, não provocaram mudanças significativas. O relatório cita o caso da Holanda, que nos anos 1980 adotou políticas multiculturalistas, que, após cortes de incentivo, praticamente desapareceram no início do século XXI, implementando posteriormente políticas de integração cívica sem moral multicultural. Por conta disso, o multiculturalismo é muito criticado na Europa, onde muitos acreditam que a política multiculturalista é falha, influenciando a não implementação dela por instituições governamentais internacionais, como é o caso do Conselho Europeu, que declarou que o multiculturalismo leva a incompreensão mútua. Kymlicka acredita que a solução está em deixar claro que os recém-chegados devem dar prioridade à identidade nacional do país onde vivem em suas vidas públicas, deixando para a vida privada as influências dos seus países de origem.

Durante toda a análise do relatório do atual estado do multiculturalismo no Canadá, Will Kymlicka critica o negativismo dos que não são a favor do multiculturalismo. O documento enfatiza que as críticas europeias sobre o multiculturalismo acabam atingindo o Canadá com julgamentos descrentes e sem riqueza de estudos sobre os efeitos do multiculturalismo do outro lado do oceano, dando fraqueza nos argumentos pouco fundamentados. O relatório é uma forma de mostrar, por meio de vários estudos feitos por instituições canadenses, que o multiculturalismo é mais positivo do que negativo. Segundo Kymlicka, críticos argumentam que o multiculturalismo promove guetização e incentiva os

---

<sup>40</sup> Disponível em: <http://www.cic.gc.ca/english/pdf/pub/multi-state.pdf>. Acesso em: 3 set. 2013.

membros de grupos étnicos a olhar para o interior e enfatizar as diferenças entre os grupos ao invés dos direitos compartilhados ou das identidades como cidadãos canadenses. Ele destaca que este debate é ritualizado e seus termos básicos praticamente não sofreram mudanças em mais de 35 anos, mas nos últimos anos, novas evidências surgiram<sup>41</sup>.

Os pontos fracos existem em todas as políticas e não foi diferente com a multiculturalista. O relatório destaca alguns problemas reais ou ainda não resolvidos na esfera multicultural, a saber: a condução da religião no multiculturalismo, que precisa de mecanismos mais voltados a este fim; a mídia, que muitas vezes viola padrões de condutas profissionais, precisando da oficialização daqueles padrões, já que ela tem papel influente nas atitudes sociais; a relação do multiculturalismo com as minorias, com o bilinguismo e com federalismo, que não tem muita clareza no Ato do Multiculturalismo, apesar de ser citada; racismo e discriminação, que ainda estão presentes em todas as regiões do Canadá; condições econômicas, que estão mais favoráveis a canadenses natos do que para imigrantes, que Kymlicka acredita que ocorram por conta da jurisdição fora do âmbito federal da política multiculturalista.

A Avaliação do Programa de Multiculturalismo<sup>42</sup> (Evaluation of the Multiculturalism Program), também publicada em 2010, determina que os pontos-chave do Programa do Multiculturalismo são o fornecimento de fundos que promovam projetos e eventos de multiculturalismo por parte de organizações, a promoção de iniciativas de educação pública, apoio a instituições federais públicas e de outras naturezas e, finalmente, a condução de atividades de comprometimento internacional.

No tocante às minorias, segundo informações da avaliação, os aborígenes e outras minorias são mais vulneráveis ao desemprego, pobreza, baixas rendas e segregação social. Esta falta de coesão social demonstra que, com os contantes riscos associados com a diversidade, o programa do multiculturalismo precisa ser continuado.

Os três objetivos principais do Programa do Multiculturalismo são: construir uma sociedade coesa e integrada, aprimorar a capacidade de resposta das instituições sobre as necessidades da população diversa e aumentar o comprometimento em discussões sobre

---

<sup>41</sup> Critics argue that multiculturalism promotes ghettoization and balkanization, encouraging members of ethnic groups to look inward, and emphasizing the differences between groups rather than their shared rights or identities as Canadian citizens. This is a highly ritualized debate whose basic terms have barely changed in over 35 years. One reason for the continuous recycling of this debate is that, until recently, we had little concrete evidence to test these dueling perspectives on the impact of multiculturalism. However, in the past few years, important new evidence has emerged. (Will Kymlicka, *The Current State of Multiculturalism in Canada and Research Themes on Canadian Multiculturalism 2008-2010*, p.7)

<sup>42</sup> Disponível em: <http://www.cic.gc.ca/english/resources/evaluation/multi/section1.asp>. Acesso em: 3 set. 2013.

multiculturalismo e diversidade a nível internacional, especialmente para promover a política multiculturalista canadense como modelo para países onde há conflito intercultural.

Apesar da dedicação federal na solução de impasses na esfera multiculturalista, a avaliação informa que alguns governos tratam do multiculturalismo de formas diversas. As províncias de Terra Nova, Colúmbia Britânica e Ontário, por exemplo, têm fundos que poderiam ser usados para tal fim, mas são limitados e dependentes do financiamento do Programa. Essa “descentralização” agrava os objetivos do programa.

O Programa do Multiculturalismo é muito amplo, resultando em falta de foco no direcionamento das atividades de responsabilidade do programa para as comunidades de identidades diversas. De acordo com a avaliação, a implementação dos objetivos do programa sofre pela falta de comunicação, coordenação e tomada de decisão entre as diferentes organizações do programa, pela falta de mensuração de dados sobre as execuções do programa nas variadas regiões e pelo tempo e a falta de transparência do processo de aprovação. A demora na execução de projetos provocou a diminuição no financiamento do ano fiscal 2011-2012 quando comparado aos anos fiscais anteriores.

As recomendações da avaliação se resumem em alguns pontos. Primeiramente, o CIC deve assegurar que o multiculturalismo seja inteiramente integrado nas políticas e programações do Departamento. Aumentar a transparência e diminuir o tempo para aprovação de novos projetos e eventos é outra recomendação, seguida da sugestão de aprimorar a comunicação e tomadas de decisões entre os ramos e unidades responsáveis pelo programa. As recomendações pelas falhas apontadas podem levar muito tempo, pois o multiculturalismo é alvo de muitas opiniões diferenciadas.

## **2.7 Atividades recentes do governo canadense para o desenvolvimento do multiculturalismo**

O mais recente Relatório Anual sobre a Operação do Ato do Multiculturalismo do Canadá (Annual Report of the Operation of the Canadian Multiculturalism Act)<sup>43</sup> destaca várias iniciativas tomadas em 2011 e 2012 em todas as instituições do governo canadense, coordenadas pelo Departamento de Cidadania e Imigração do Canadá (Citizenship and Immigration Canada-CIC). Através do Relatório, o atual ministro da Cidadania, Imigração e Multiculturalismo, Jason Kenney, reforça os alvos que o governo canadense busca para o

---

<sup>43</sup> Disponível em: <http://www.cic.gc.ca/english/pdf/pub/multi-report2012.pdf>. Acesso em: 3 set. 2013.

desenvolvimento do multiculturalismo através de formulação de leis em várias áreas, bem como atividades e eventos que proporcionam integração social em território canadense.

O CIC continua a financiar bolsas, programas de contribuições e projetos, como o "Multiculturalismo e Multimídia: um Programa de Orientação para Melhorar o Pertencimento Étnico" (Multiculturalism and Multimedia: a Mentorship Program to Enhance Belonging). Segundo o governo, este projeto de três anos oferece aos jovens a oportunidade de aumentar o sentimento de pertencimento étnico, bem como um maior acesso aos meios de comunicação (RELATÓRIO CANADENSE ANUAL, 2013). Ao invés de sentirem qualquer tipo de vergonha de suas raízes étnicas, o governo propõe que os participantes aprendam a valorizá-las.

O Programa de Reconhecimento Histórico da Comunidade (Community Historical Recognition) abraça projetos que apóiam o reconhecimento das experiências de comunidades afetadas por medidas de guerras e por restrições de imigração, promovendo contribuições das comunidades para a construção do país. Através do CIC, o Relatório (2013) mostra que 15 novos projetos foram aprovados em comunidades em todo o Canadá para reconhecer as experiências de comunidades chinesas, judias, italianas e indo-canadenses. Estes reconhecimentos são uma forma de mostrar que os programas de multiculturalismo têm seriedade legal e compromisso social.

De acordo com o Relatório Anual, o CIC fornece orientação estratégica para a implementação do Ato por meio de seu Programa de Multiculturalismo, que incide sobre os seguintes objetivos políticos: construir uma sociedade coesa e integrada; apoiar instituições que respondam às necessidades de integração da população diversa canadense; mudar a natureza das instituições conforme novas necessidades do povo canadense; envolver-se em discussões internacionais sobre o multiculturalismo.

O fluxo de projetos atuais prevê o financiamento de atividades a longo prazo, segurando sempre a bandeira de apoio à construção de uma sociedade integrada e socialmente coesa. Segundo registros do Relatório Anual, nos últimos dois anos, o financiamento foi aprovado para 30 projetos, no valor total de \$7.658,378, promovendo eventos comunitários que concedem a compreensão intercultural, a memória cívica, bem como o orgulho e o respeito aos valores democráticos fundamentais. Só de eventos proporcionados para os projetos, foram financiados \$1.848,601, que incluíram várias atividades, como as que seguem nos próximos parágrafos.

Existem vários projetos e fóruns financiados pelo governo do Canadá para aprimorar a implementação das políticas de multiculturalismo no país, tais como o Fórum Encontros com

o Canadá (Encounters with Canada - EWC); Projeto de Conexões de Comunidades Jovens Multiculturais (Multicultural Youth Community Connections - MYCC); Bleuets Emergentes, que é um projeto de integração de imigrantes; Evento Richmond 75 anos de Aniversário do Escotismo (Richmond 75 Year Anniversary of Scouting); Evento Diversidade no Trabalho (Diversity @ Work – Faith in the Workplace Dialogues); Festival de Mosaico Multicultural (Multicultural Mosaic Festival); O Céu de Outros Povos: A História de Viola Desmond; Atividade do Dia Cívico (Journée Civique).

Além de eventos que promovem o crescimento do conhecimento e práticas sobre o multiculturalismo, há também o Prêmio Paul Yuzyk para Multiculturalismo, que foi lançado em 2009 para reconhecer personalidades dedicadas à promoção do multiculturalismo e da integração dos recém-chegados no Canadá. O prêmio de 2013 foi entregue a Bashir Ahmed, de Edmonton, Alberta. Ele trabalha em Edmonton e Ottawa para defender a importância do multiculturalismo e ajudar a integrar os recém-chegados da Somália no Canadá, com foco especial aos jovens. O prêmio foi entregue em julho de 2013 pelo ministro Kenney.

De acordo com o Relatório Anual, 69 projetos de diversas naturezas foram financiados. O Departamento de Imigração e Cidadania incentiva e apóia as instituições sociais, culturais, econômicas e políticas do Canadá. O Relatório Anual também destaca que o governo oferece contribuições significativas, trabalhando em parceria com uma série de organizações sem fins lucrativos que promovem o multiculturalismo no Canadá e internacionalmente. A Fundação Canadense de Relações Raciais (Canadian Race Relations Foundation-CRRF) e o Centro Global para o Pluralismo (Global Center for Pluralism-GCP) são um dos exemplos da parceria.

O Ato do Multiculturalismo do Canadá exige o incentivo e a promoção de abordagens coordenadas para implementar a política de multiculturalismo. A Rede de apoio ao Multiculturalismo (Multiculturalism Champions Network) coordena prioridades de curto e médio prazo para a implementação do multiculturalismo, enfrentando e lidando com desafios das instituições federais. A Rede Federal-Provincial-Territorial de Autoridades Responsáveis pelas Questões de Multiculturalismo (Federal-Provincial-Territorial Network of Officials Responsible for Multiculturalism Issues – FPTORMI) serve como um fórum permanente de representantes do governo federal, provincial e territorial para compartilhar informações em diálogos políticos nos programas de pesquisa e outras questões relativas ao multiculturalismo, diversidade e anti-racismo. Recentemente, as implementações de leis foram revisadas em busca de melhores práticas entre as instituições (RELATÓRIO CANADENSE ANUAL, 2013). Esta revisão é também fruto da cobrança de grupos de diversidade étnica que são

representados nos Parlamentos e novas posições do governo canadense no tocante à diversidade e sua função nas políticas de multiculturalismo.

A cidadania é um marco importante na integração a longo prazo de recém-chegados. O objetivo do Programa de Cidadania é de administrar a legislação de cidadania e promover os direitos e deveres da cidadania canadense para os novatos e todos os outros canadenses. Em 2011, o CIC reforçou melhorias da integridade do programa e o valor da cidadania canadense, revendo as atuais normas de linguagem para melhor avaliar a proficiência linguística dos recém-chegados. O CIC também promove a participação cívica e a valorização da cidadania para todos os canadenses através da história, de símbolos, de instituições, de direitos e deveres. Segundo o Relatório (2013), o programa reforça o conhecimento essencial de cidadania através da publicação do guia de estudo da cidadania, *Descubra o Canadá*<sup>44</sup> (Discover Canada), que aborda sobre os direitos e deveres de cidadania no Canadá. Entre abril de 2011 e março de 2012, aproximadamente 307 mil cópias do guia foram impressas e distribuídas. Ele também foi baixado do site do CIC mais de 200.000 vezes e a versão em áudio foi acessada cerca de 526 mil vezes (RELATÓRIO CANADENSE ANUAL, 2013). O guia *Descubra o Canadá* também aborda a história do Canadá, o sistema judicial, a economia canadense, as regiões e províncias, como os canadenses se governam, etc. A partir dos conhecimentos acoplados no guia, imigrantes residentes no Canadá podem usar tais conhecimentos quando avaliados durante o processo de requerimento de cidadania.

O CIC apoia vários outros programas ligados à cidadania e imigração, apoiando recém-chegados nas suas ligações com canadenses e suas comunidades locais, formalizando uma sociedade mais integrada de identidades coletivas. Novas parcerias recentes de imigração local foram desenvolvidas, inclusive em comunidades rurais, fornecendo experiência de trabalho canadense, que se alinha com as suas competências e experiências em departamentos e agências federais participantes (RELATÓRIO CANADENSE ANUAL, 2013). Vale lembrar que nem todas as pessoas que entram nesse programa ficam satisfeitas, já que, em algumas províncias, a educação linguística não atinge o padrão exigido do mercado de trabalho. Essa falta de sintonia é uma das exigências de apoio federal das províncias onde a língua inglesa ou francesa não é ensinada até o último nível, como já discutido anteriormente.

O Relatório Anual mostra que atividades de educação e sensibilização do público são realizadas por instituições federais para reforçar e aumentar a participação de todos os canadenses na sociedade civil, tais como o oferecimento de oportunidades para os canadenses para destacar o multiculturalismo, o desenvolvimento através de programas da experiência

---

<sup>44</sup> Disponível em: <http://www.cic.gc.ca/english/pdf/pub/discover.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.



cultural dos passageiros a bordo enquanto viajam de trens que passam por Quebec, New Brunswick e Nova Escócia, através do programa Via Trilho Canadá (VIA Rail Canada). Outra informação do governo é que a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (The Canadian International Development Agency – CIDA) redesenhou seu Programa de Cidadãos Globais (Global Citizens Program) a fim de conseguir maior engajamento com o público, ensino mais direcionado e uma maior participação dos jovens no desenvolvimento internacional.

Através das ações destes programas de peso governamental, juntamente com os de peso não-governamental, os cidadãos canadenses aprendem que a cidadania no Canadá é mais do que o cumprimento de deveres e a garantia de direitos. É enfrentar de forma natural o fato de que a diversidade étnica, cultural e religiosa foi e continua sendo uma importante maneira de construir o país que tolera oficialmente as diferenças e cresce economicamente e socialmente com a instalação de imigrantes no país; voluntariar, como já sugere o *Descubra o Canadá*, em ações sociais e participar de eventos que promovam o entendimento e o respeito de grupos diversos; saber que a ligação entre governo e sociedade promovem de fato resultados relevantes para os dois lados, por meio da seriedade que os assuntos são levados; servir de exemplo de que ser cidadão pode ir muito além do que muitos países acreditam; ser tolerável com realidades que em pleno século XXI ainda sofrem resistência; entender a história e se adequar ao contexto canadense sem desmerecer a do seu país de origem; reconhecer que o país sempre pode progredir, por mais que o presente não mostre essa possibilidade; ter uma identidade multicultural como nenhum outro lugar no mundo. Ser um cidadão canadense é usufruir de todos esses benefícios e continuar lutando para que novos sejam conquistados, graças à flexibilidade que o sistema multiculturalista promove governamentalmente e socialmente.

É fácil notar que o método de construção do multiculturalismo não é tarefa simples ou dependente de implementações legais por parte de um governo. A participação da sociedade para que programas, projetos e leis obtenham sucesso também é fundamental. As resistências sociais podem perdurar por anos antes que mudanças almejadas sejam alcançadas em um território. O Canadá já é sujeito de várias falhas, mas vem aos poucos mudando o olhar de cidadania no seu povo e uma concretização das várias metas pode ser utópico, mas, por outro lado, pode sempre melhorar. Vários outros países desenvolvidos já se consideram multiculturalistas, como os Estados Unidos, a Austrália e a Nova Zelândia. Entretanto, muitos outros mantêm suas portas bem fechadas para a diversidade cultural, como é o caso de vários países do Oriente Médio, pois não seguem uma linha de democracia ocidental. Alguns países

subdesenvolvidos e em desenvolvimento arriscam a entrada na esfera multicultural por meio de influências oriundas da globalização, mas ainda engatinham na tímida tentativa de crescimento não só econômico, mas social, como é o caso do Brasil. O próximo capítulo mostrará de modo sucinto o que existe no Brasil como realidade multiculturalista, com foco nas políticas educacionais, bem como desafios a ser enfrentados.

### **3 OS DESAFIOS E O MULTICULTURALISMO DO BRASIL**

O Brasil foi considerado por quase toda a sua história como país subdesenvolvido, tendo sido classificado como país em desenvolvimento há poucas décadas. O seu contexto histórico é mais longo e com raízes muito distintas das canadenses e ainda tenta melhorar em vários pontos já superados no Canadá. O Brasil é, portanto, um país de contexto histórico e político que não pode ser comparado com a linha de desenvolvimento de países como o Canadá. Entretanto, os desejos da população de qualquer país, independentemente da situação econômica, será sempre a mesma, a busca de cidadania plena e justiça social.

Este capítulo trabalhará o contexto histórico da cidadania no Brasil e revelará desafios que podem ser enfrentados para melhorias sociais, além de mostrar que uma abertura do multiculturalismo no país pode ser uma forma de desenvolvimento social.

#### **3.1 O contexto histórico da cidadania no Brasil**

Processos históricos mostram que o Brasil não tinha condições de lograr a cidadania brasileira até a Constituição do final do século passado. Somente após a ditadura militar (1964 a 1985), a cidadania brasileira sofreu alterações benéficas. A cidadania plena é um patamar utópico, já que direitos civis, políticos e sociais devem estar englobados na vida de cada cidadão. O modelo inglês de cidadania brevemente tratado no início deste trabalho tem característica de contraste com a cidadania conquistada no Brasil, a começar pela ordem e forma que aqueles três direitos foram implementados aqui.

Os portugueses nos deixaram uma herança de falha educacional profunda no período colonial. A sociedade brasileira era analfabeta e escravocrata. José Murilo de Carvalho (2001) relembra que na época da independência brasileira, cidadãos brasileiros e pátria brasileira não eram uma realidade. Não existia poder público que pudesse garantir legalmente os direitos de igualdade. Portugal não investiu na educação, como foi feito por outras colônias em outros países, como por exemplo a Espanha, que criou universidades em suas colônias. A abolição da escravatura ocorreu somente no ano de 1888. Carvalho revela que fomos o último país de “tradição cristã e ocidental” a dar liberdade aos escravos, revelando que até mesmo os cristãos defendiam ações escravistas, como acontecia com grandiosa parte da sociedade. Depois disso, outras formas autoritárias impediam que os direitos de cidadania aflorassem no Brasil, como foi o caso do coronelismo, que perdurou por muitos anos.

Revoltas populares e movimentos políticos contribuíram para uma reforma governamental para promover direitos dos cidadãos e deveres do Estado, já que a sociedade brasileira sabia que os direitos civis e políticos eram bastante precários e os sociais mais ainda. Carvalho define que o patriotismo foi por séculos provincial e que o sentimento nacional se revelou a partir da ira da sociedade que aqui vivia contra o estrangeiro, especialmente o português.

Murilo de Carvalho enfatiza que os governos militares investiram na expansão dos direitos sociais, mas somente em 1984 houve um movimento de mobilização política que expandiu os direitos políticos, já que a noção de direitos no país evoluiu com o progresso da economia internacional. Os direitos civis vieram por último e foram consolidados pela Constituição de 1988. O caminho para a criação de um conceito de cidadania é um caminho que difere de país a país, provocando consequências finais que vão de acordo com o percurso. No caso do Brasil, o progresso foi muito lento e Carvalho aponta que isso se deve ao fato de termos por tantos anos mantido a escravidão e agora a termos de volta em forma de desigualdade social, que divide a sociedade pela educação, cor e renda. Tal fator já tornou o Brasil o país mais desigual do mundo e culminou em uma elite privilegiada, que forma o topo do triângulo da sociedade brasileira. Abaixo disso, encontra-se o que Carvalho chama de “cidadãos simples, ou seja, a classe média brasileira. A base, que é a maior parte do triângulo, está composta por cidadãos pobres e abaixo da linha da pobreza. Estes não se sentem cidadãos da mesma forma, pois seus direitos não são plenos na prática mesmo nos dias de hoje.

Mesmo assim, o que foi conquistado pela Constituição foi uma grande formalização e consolidação de direitos que antes não eram oficializados e muito menos respeitados. Os anos 70 marcaram uma grande ampliação dos movimentos sociais urbanos, culminando em grandes conquistas na década seguinte. Maria da Glória Gohn (2001) afirma que os movimentos sociais foram essenciais para reformas, como a educação no Brasil, com a sociedade antes mergulhada no “modelo patrimonialista agro-exportador” mais direcionada para o controle social e exigindo do Estado a execução do seu dever de trazer avanços para a cidadania.

Gohn menciona que, como consequência de manifestações sociais, fóruns foram criados, como por exemplo o FNDEP (Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública), de 1986, objetivando a criação de uma “carta magna” para o Brasil. A cidadania era um princípio educativo para quem pedia por reformas e tomou um conceito mais moderno, que englobava muito mais do que havia se conquistado até então. E destaca que “a educação passou a ser reconhecida como uma necessidade por vários seguimentos da sociedade brasileira”. O

progresso de uma sociedade só pode ser realizado por meio do desenvolvimento da educação, dando mais capacidade para a competição e aperfeiçoamento de qualquer povo. No Brasil ela ainda está fraca em muitos aspectos, sendo nada mais do que um reflexo do porquê de a sociedade ainda estar tão desigual.

Levando em consideração que a cidadania é também uma conquista garantida por meio da educação, é importante destacar que a década de mais destaque na luta de ordenação estrutural por uma reforma educacional foi a de 1980, que englobou o pedido de reforma em várias áreas, com destaque para a educação para a cidadania, com planos legais que levaram à criação da Constituição, que por sua vez aumentou a qualidade dos indivíduos como cidadãos. A criação se deu após muitos golpes de Estado e militarismo, resultando na consolidação da cidadania brasileira no ano de 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira, que proporcionou maior garantia dos direitos humanos, bem como dos direitos do cidadão, garantias constitucionais, igualdade de direitos fundamentais entre homens e mulheres, o racismo como crime, o fim da censura, novos direitos sindicais e políticos, ampliação dos poderes do Congresso Nacional, reforma agrária, proteção ao índio e ao meio ambiente, etc. A mesma Constituição permanece em vigor nos dias de hoje, mas já sofreu várias alterações por meio de emendas constitucionais. É importante enfatizar que a prática ainda mostra fraqueza no país, provocada pela desorganização na sociedade.

O Brasil definiu, desta forma, um formato de cidadania, que é bem tardio quando comparado a outros processos de cidadania de outras nações. São menos de três décadas de mudanças oficiais no retrato dos cidadãos brasileiros, o que sugere muitos esforços para que o Brasil tenha mais reconhecimento interna e externamente. O Canadá tem o seu perfil de cidadania definido há muito mais tempo e já percorre caminhos multiculturalistas de novo reconhecimento e identidade de cidadania, apesar de ainda ter um longo caminho pela frente para que novas melhorias sejam observadas no contexto do multiculturalismo. Todavia, o Brasil ainda está em um lento processo de tolerância da diferença e integração social, o que não o exclui de um perfil iniciante de ações multiculturalistas. Tendo o sistema educacional como um dos aliados principais numa construção multiculturalista, é importante mencionar o que existe no Brasil no tocante a essas iniciativas de cunho multiculturalista e de maior abertura a questões internacionais. Vejamos, primeiramente, questões internas sujeitas a mudanças por questões de injustiça social.

### 3.2 O Brasil e a injustiça social no campo da cidadania

O Brasil pode ser enquadrado no estado de injustiça social por não ter atingido níveis homogêneos de cidadania por grande parte da população. Os sérios problemas nacionais, como a deficiência do sistema escolar e de saúde pública, entre outros pontos enquadrados em falhas de modelo de desenvolvimento, atrasam as melhorias que o país pode alcançar, já que há muita riqueza natural e poderes de investimento no país. A corrupção é um dos maiores problemas que existem no Brasil. Apesar de existir em qualquer país, o índice de corrupção no Brasil é um dos maiores do mundo, impedindo que orçamentos sejam totalmente direcionados a planejamentos governamentais.

A educação sempre foi tida como um dos problemas mais críticos de injustiça social no Brasil, que sempre possuiu alto índice de analfabetismo. O investimento educacional depende de recursos financeiros e os resultados somente são vistos a longo ou médio prazo. Após a Constituição de 1988, muitos progressos educacionais foram alcançados com a determinação obrigatória de 25% das receitas fiscais em educação. Entretanto, as responsabilidades fiscais não estavam definidas e muitas emendas foram necessárias para aprimorar a aplicação das verbas. O Brasil possui grandes diferenças regionais, mostrando que realmente deve haver parcerias entre os poderes estaduais e municipais para que as ações na área educacional atinjam seus respectivos objetivos, como já define a Constituição.

A porcentagem das crianças do ensino fundamental é quase absoluta nos dias de hoje. O MEC promoveu mais investimentos, que começaram a ser vistos por meio da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em dezembro de 1996. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), originalmente criado em 1937, passou a ser um órgão de monitoria e de fornecimento de informação nos variados níveis das políticas educacionais.

De acordo com a publicação do MEC, *Investindo na Cidadania: o avanço da educação no Brasil*, de 2002, vale mencionar alguns programas que foram criados após a oficialização da Constituição: Toda Criança na Escola, que aumentou a porcentagem de alunos de ensino fundamental nas salas de aula; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), reestruturando a redistribuição de recursos destinados ao Ensino Fundamental e instituindo um gasto mínimo anual por aluno; Diretrizes Curriculares Nacionais, que são normas obrigatórias e orientadoras para o sistema educacional brasileiro; Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que avalia o perfil de conhecimento dos alunos e também os auxilia para o ingresso ao nível superior; Bolsa-Escola Federal, objetivando a diminuição da evasão e do abandono escolar; Programa

Nacional do Livro Didático, que distribui obras didáticas para alunos de escolas públicas; Programa de Bibliotecas Escolares, objetivando o estímulo e o hábito da leitura.

A educação passou a ser um foco não somente para o vestibular, mas para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania, como determina a publicação do MEC *Investindo na Cidadania: o avanço da educação no Brasil*, de 2002. A criação de novas instituições de ensino superior, principalmente privadas, aumentou as oportunidades de novos ingressantes, com algumas facilidades do governo federal por meio de bolsas. Com isso, a porcentagem de alunos de graduação aumentou muito.

Todavia, apesar de o Brasil ter atingido algumas metas significativas na área educacional, como o programa de bolsas escolares e de fundos de financiamentos estudantis que abrem mais oportunidades de inserção de estudantes em instituições de ensino superior, o sistema educacional ainda é um grandioso problema em território brasileiro. Ainda é necessária uma reforma escolar e mais estímulos na área da ciência e da tecnologia, já que isso traz não somente crescimento educacional, mas também econômico ao país, impulsionando a geração de empregos, de transformações sociais e de maior presença na economia mundial. Este desenvolvimento no país auxilia no estabelecimento de vínculos entre a comunidade científica nacional e a internacional e destaca o foco de pesquisas acadêmicas para necessidades sociais, econômicas ou de outras naturezas para o país.

Com o processo da globalização, os meios de inserção internacional dos países estão em constantes mudanças. E com o Brasil não é diferente. A economia brasileira já foi muito fechada e teve que se moldar economicamente e comercialmente para se adequar à nova ordem internacional e crescer internamente. Os projetos nacionais acabam mudando suas naturezas autárquicas e tentam se adequar com a tendência provocada pela globalização. A agenda diplomática exige soluções globais, em conjunto com outros países que fazem parte de alianças internacionais globalmente influenciáveis. Temas como crescimento demográfico, migrações, direitos humanos e combate ao terrorismo estão constantemente sendo discutidos e solucionados por meio de órgãos de jurisdição internacional, como é o caso da Organização das Nações Unidas, que negocia soluções e fortalece o sistema internacional, com o constante objetivo de alcançar o máximo de justiça e democracia de forma global.

Com todas essas tendências globais que muitos países vêm a necessidade de fazer parte, o Brasil foi aos poucos se abrindo mais para o contexto econômico mundial, sendo hoje uma das dez maiores economias do mundo. O Congresso Nacional tem várias responsabilidades na formulação da sua política externa e a sociedade civil está cada vez mais alargando seus canais de comunicação com a diplomacia brasileira através de ONGs, que

podem substituir a atuação estatal insuficiente, e de outras iniciativas sociais. Entretanto, muitos problemas nacionais parecem estar longe de ser solucionados. Em 2013, o Brasil foi palco de muitos protestos recentes que cobraram a melhoria de muitos desses problemas. As forças sociais influenciam diretamente nos processos de decisão. Os protestos pediram melhorias em vários pontos sociais tidos como fracos pela sociedade, sendo a educação um dos assuntos mais contestados, mas com nenhuma solução imediata ou de médio prazo anunciada.

A educação é requisito para o pleno exercício da cidadania, pois ela insere os cidadãos no mercado de trabalho e traz desenvolvimento econômico, tornando a sociedade mais justa e integrada. Este direito está declarado na Constituição Brasileira como um dos muitos direitos que devem ser conferidos a todos os brasileiros, sem exceção. O artigo 205 revela o seguinte:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo III, seção I, artigo 205)

Todavia, muitos brasileiros são analfabetos ou possuem baixo nível de escolaridade. E, com o sistema educacional público precário, os cidadãos brasileiros que não podem financiar um ensino privado, ficam prejudicados na tentativa de se inserir na sociedade de forma qualificada e competitiva para metas pessoais que podem também ser importantes em atuações empregatícias ou acadêmicas no país. Tudo isso provoca um grande atraso econômico ao Brasil, que deveria ter sempre como objetivo central de ação governamental a alta qualidade educacional.

O sistema educacional básico ineficiente do Brasil existe por conta de pontos que são cruciais para que se transforme em eficiente, tais como o aumento da remuneração de professores, que não são bem reconhecidos no país; o fornecimento completo de materiais didáticos, que nem sempre estão disponíveis aos estudantes; e a obrigação de inserção de crianças nas escolas, já que em muitas cidades do interior elas não estudam para auxiliar os pais com trabalho, o que já é considerado crime. Outro ponto importante que o governo deve se atentar é no estabelecimento de estímulos aos estados e municípios no tocante a planejamentos educacionais, já que a União não é diretamente responsável por essas iniciativas, como já esclarece a Constituição. De acordo com o artigo 211, a União,



juntamente com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus sistemas de ensino de modo colaborativo. A União é responsabilizada pelo sistema federal de ensino e dos territórios, financiando instituições de ensino públicas federais. Os municípios são responsáveis pelo ensino fundamental e infantil e os Estados e o Distrito Federal atuam no ensino fundamental e médio. O financiamento é gerado por meio de impostos.

O repasse errôneo de fundos, que ocorre por meio da corrupção, mantém a ineficiência da gestão do sistema educacional do país. O governo federal deve, portanto, exigir que estados e municípios planejem de forma consistente a melhoria de seus respectivos sistemas escolares, que atendam ao padrão de exigência de qualidade do Ministério da Educação (MEC). É fundamental que ocorra cooperação e integração, como define a Constituição, do governo federal com os estaduais e municipais para o desenvolvimento da área educacional, oferecendo oportunidades de formação profissional. Ademais, os conteúdos curriculares devem contemplar metas de educação socialmente importantes e proveitosas para todos os estudantes para que a ideia de cidadania possa ser melhor formulada.

O Estado deve ser mais eficaz e responsável na prestação dos serviços que a população requer em vários campos da cidadania, como o da educação, habitação, segurança, saúde, previdência, etc. Talvez fosse necessário redefinir áreas de atuação governamental para o aumento da capacidade de investimento. É também necessária uma maior transparência da atuação do governo brasileiro para com a sociedade. A luta social contra o fim do voto secreto no Congresso poderá ser uma dessas conquistas.

O racismo e os preconceitos conforme as classes sociais são muito grandes, mantendo a desigualdade na sociedade brasileira. E sendo o alto índice percentual de pobreza um grave fator nas estatísticas brasileiras, se a cidadania brasileira é uma conquista historicamente recente e já precisa de reformas por questões de injustiças e enormes desigualdades sociais, o que dizer de uma sociedade multiculturalista ou pluralista brasileira?

### **3.3 A sutileza da pluralidade na sociedade brasileira**

Como definir o nível de multiculturalismo no Brasil? O país já tem conhecimento da importância de atividades culturais em território nacional, pois além de ser uma forma de valorizar as raízes históricas brasileiras, geram riquezas e empregos, valorizando recursos naturais e o patrimônio histórico. O governo apóia e incentiva a preservação cultural e divulgação, abrindo espaço para a participação de todos nos aspectos culturais da vida social. A atuação governamental nesta área é mais apoiadora e cooperadora. Ela é feita por meio do

Ministério da Cultura, mas não é ideal. Muito pouco está sendo investido no campo cultural brasileiro, principalmente no que diz respeito às minorias étnico-indígenas, afro-brasileiras e outras, que devem ser dignos de ações específicas que diminuam preconceitos e aumentem a integração social. É importante destacar que este papel não é só governamental, já que a cidadania para todos é um papel também da sociedade. Mas a formulação e implementação de políticas sociais que promovam a igualdade de oportunidades vem do Estado, que andando de mãos dadas com a sociedade, pode tornar essa meta uma realidade. É também por esta razão que o governo deve ser o mais transparente possível com a sociedade.

A raça negra no Brasil ainda é muito discriminada. Leis tiveram que ser decretadas para pressionar a sociedade e tomar medidas que gerassem a diminuição do preconceito, como é o caso da Lei 12.288, de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Cotas para negros e índios também foram criadas para a inserção deles nas instituições de ensino superior, como caráter experimental de funcionalidade do benefício. O mesmo foi feito para oportunidades educacionais a indígenas, que também possui proteção e cooperação do Estado por meio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com metas de pluralismo cultural e defesa da diversidade cultural, bem como o respeito às identidades étnicas. Entretanto, nenhuma lei é completamente respeitada. Muita injustiças sociais contra as minorias são ainda muito comuns no país. Há muitos casos de violência contra populações indígenas, seja nas cidades urbanas, seja por meio de invasões a terras indígenas. A violência contra os negros também é uma realidade. O Estado deveria, portanto, fortalecer medidas que garantam os direitos das minorias, bem como sua integridade física.

O universo da política, que está mais global do que nunca, dá mais complexidade e exige tomada de ações por parte de países que compartilham o contexto da globalização. Com essa transformação do sistema internacional, os países em subdesenvolvimento vêm a necessidade de crescimento não só externo, mas interno. Existe sempre uma necessidade de se adaptar à globalização nas relações econômicas. O Brasil deve ter a capacidade de se abrir de modo eficaz às reivindicações e aos anseios de sua população, especialmente dos cidadãos que não se sentem cidadãos por serem desprovidos de cidadania plena, como é o caso da grande população pobre do Brasil. Acredito que uma reforma no sistema educacional seja um dos passos de mais sucesso para esse e outros alcances, pois o país ainda é muito injusto e possui contrastes sociais inaceitáveis.

O governo está deixando de cumprir algumas de suas funções essenciais na área social e na manutenção da lei, de acordo com a ordem pública. O setor público ainda é o grande responsável pelo êxito nas políticas sociais por coordenar e prestar serviços na área. Mas se

até mesmo o ensino básico de maior acesso no Brasil, que é o público, precisa de reformas para atingir um nível de qualidade mínimo, é difícil pensar em como uma política educacional de multiculturalismo poderia ser implementada para que esta barreira social também pudesse ser derrubada por meio da educação, como o Canadá vem tentando fazer. Não só no Brasil, mas em qualquer país do mundo deve haver um modelo de justiça social satisfatório para cada sociedade, onde o direito à vida com dignidade seja garantido a todos. É importante ressaltar a necessidade da constante mobilização da sociedade para a defesa da promoção, consolidação e ampliação dos direitos fundamentais dos indivíduos de uma nação, não deixando de lado os grupos minoritários.

### **3.4 O multiculturalismo na realidade brasileira**

No campo do multiculturalismo, o Brasil não tem uma política ou um departamento. Mas já existem algumas iniciativas que aceitam uma essencialidade multicultural. O multiculturalismo surgiu na década de 1970 em países desenvolvidos. Entretanto, em países como o Brasil, a chegada foi mais tardia, com cerca de duas décadas de atraso, sendo ainda um termo em construção. Este tópico tratará de medidas legais que o Brasil tomou que demonstram tolerância com a pluralidade.

Primeiramente, no Brasil, a Lei 9.394, de 1996, estabelece as diretrizes da educação escolar. Uma forma que o Brasil trouxe alguma essência de multiculturalismo no sistema escolar foi com uma pequena alteração da Lei 9.394 para que as contribuições sociais, políticas e econômicas dos negros fossem valorizadas e vistas como parte da história da construção do país, já que as pessoas negras são as que mais estão fora do ambiente escolar. A lei que provocou tal alteração, Lei 10.639, está em vigor há 10 anos, e inclui a história da África e dos africanos em sua proposta, principalmente nas áreas de história e literatura. Tal mudança teve contribuições de várias reivindicações de movimentos negros urbanos e questionamentos em trabalhos acadêmicos sobre o preconceito racial como legado histórico. A lei acaba tendo um caráter mais anti-racista do que multiculturalista, mas é um dos passos iniciais para o progresso de um sistema com características multiculturais, abrindo mais portas para a tolerância cultural e também religiosa.

De acordo com o pesquisador de estudos afro-orientais, Livio Sansone (2007), a década de 1990 reflete o multiculturalismo como “re-democratização” na América Latina, mas com muitas críticas da parte conservadora. Ele vê a chegada do multiculturalismo no

Brasil como uma realidade muito desorganizada, mas já existente no ramo educacional, principalmente no acadêmico. A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) tem criado cursos multidisciplinares de pós-graduação que incluem estudos africanos e étnicos. Entretanto, é muito válida a afirmação de Sansone de que as noções de cultura e identidade devem ser aplicadas em todos os níveis de ensino, acabando com o tradicionalismo dos conteúdos das escolas primárias<sup>45</sup>.

No campo não-educacional, o Brasil mostra que o multiculturalismo já existe aqui, mesmo que de forma mais sutil, transformando suas relações internacionais. Em 2007, o governo brasileiro sancionou o Projeto de Lei 1664<sup>46</sup>, que permite o registro provisório de estrangeiros ilegais no país. Atualmente, o projeto de uma nova lei que propõe um novo Estatuto do Estrangeiro, que está defasado em conteúdo e criado originalmente em 1980 pela Lei 6.815, está sendo analisado pelo Congresso Nacional e definirá regras para entrada e permanência de estrangeiros no país, além de oportunidades de participação em empresas brasileiras, bem como outras providências. Em 2012, o Brasil concedeu asilo político a mais de 500 haitianos após terremoto que arrasou o Haiti. Em setembro de 2013, a ONU reconheceu o empenho brasileiro ao aceitar sírios refugiados no país, através do Comitê Nacional para Refugiados (Conare), o que mostra mais uma vez que o Brasil está aberto a uma tendência de multiculturalismo em nome dos direitos humanos.

A porcentagem de entrada de estrangeiros no Brasil ainda é bem pequena quando comparada ao índice de países de perfis multiculturais, como o Canadá e Estados Unidos. De acordo com informações recentes do Ministério da Justiça (MJ), sete mil estrangeiros se naturalizaram no Brasil nos últimos cinco anos. De acordo com dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 2000 e 2010, 455 mil estrangeiros imigraram para o Brasil, vindos, principalmente, dos Estados Unidos, Japão e Paraguai<sup>47</sup>. O aumento de pedido de permanência por estrangeiros no Brasil tem aumentado bastante. Somente no primeiro semestre de 2013, 28 mil pedidos de regularização migratória foram feitos ao MJ, com 26 mil deles deferidos<sup>48</sup>. Veja abaixo o gráfico de nacionalidades que mais imigram para o Brasil. Os estadunidenses são os que mais imigram para o país.

---

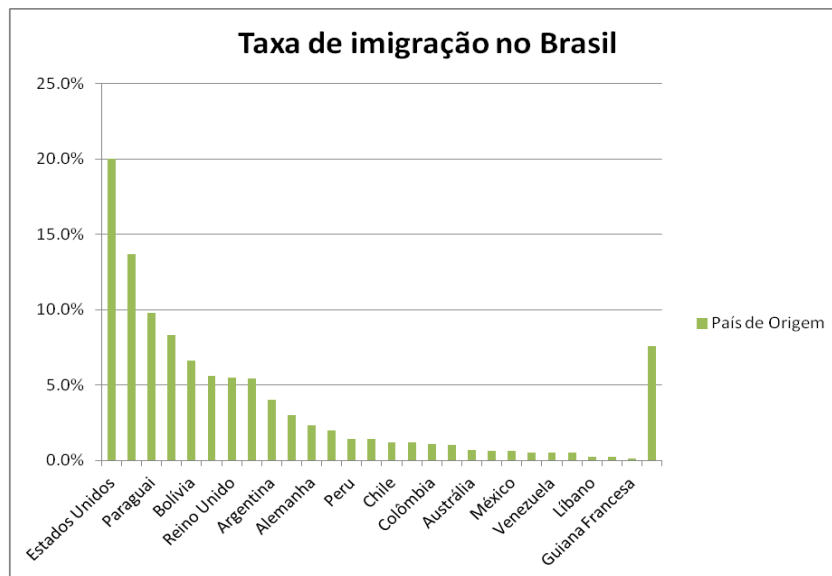
<sup>45</sup>Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000200013&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000200013&script=sci_arttext). Acesso em: 7 out. 2013.

<sup>46</sup> Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=360906>. Acesso em 7 out. 2013.

<sup>47</sup>Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Nupcialidade\\_Fecundidade\\_Migracao/censo\\_nup\\_fec\\_mig.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Nupcialidade_Fecundidade_Migracao/censo_nup_fec_mig.pdf). Acesso em: 13 out. 2013.

<sup>48</sup> Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BA5F550A5-5425-49CE-8E88-E104614AB866%7D&BrowserType=NN&LangID=pt->

Gráfico 2 – Taxa de imigração no Brasil



Fonte: Censo demográfico 2010. Disponível em:

[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Nupcialidade\\_Fecundidade\\_Migracao/censo\\_nu\\_p\\_fec\\_mig.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Nupcialidade_Fecundidade_Migracao/censo_nu_p_fec_mig.pdf). Acesso em: 14 out. 2013.

O Brasil tem se mostrado solidário em questões de imigrações de estrangeiros ao território brasileiro, facilitando a regularização dos documentos dos imigrantes que aqui pretendem se instalar. O Brasil possui, portanto, dois grandes desafios de uma mesma moeda, que são o de qualificar melhorias sociais, políticas e econômicas mencionadas no início deste capítulo, bem como o novo desafio de aceitação do contexto do multiculturalismo no país através da tentativa de reforma curricular do sistema educacional e por meio do enfrentamento do que a solidariedade de aceitação de imigrantes pode gerar para o desenvolvimento do país. Caso os imigrantes não sejam qualificados para uma vida minimamente digna no país, eles farão parte da somatória estatística de pobreza e desqualificação educacional do país. É preciso ter em mente que o Brasil já frustra em termos educacionais para os próprios cidadãos, o que pode afetar os novos habitantes estrangeiros que aqui estão e os que ainda pretendem ingressar no país. Se nem mesmo a educação básica do país atinge níveis internacionais de aceitação no quesito qualidade, é desafiante propor o ensino de qualificações educacionais, linguísticas e profissionais para que os estrangeiros possam se enquadrar na sociedade e ingressar no mercado de trabalho brasileiro. Os programas linguísticos LINC e ESL que existem no Canadá e nos Estados Unidos são uma realidade bem sutil no Brasil, mas já existe algo parecido. Ao mesmo tempo que o país pode servir de exemplo de que receber

estrangeiros, principalmente os que mais precisam, como refugiados, é uma atitude humanitária, os desafios nacionais e contra a discriminação racial e étnica são muito grandes para que o multiculturalismo seja uma realidade de destaque no país. O tópico abaixo vai tratar do processo multicultural por meio da educação no Brasil.

### **3.5 A educação no contexto multiculturalista brasileiro**

Mesmo com todas as controvérsias que nasce com ele, o multiculturalismo promove respeito à pluralidade cultural e à diferença com uma educação dialógica, podendo criar novos conceitos de identidade que se adéquem a cada indivíduo e que sejam bem aceitos pelos outros. Este tópico vai exemplificar os programas de destaque do governo brasileiro que têm perfil multiculturalista, bem como programas lingüísticos, para mostrar que há uma aceitação brasileira para que ele possa ser uma realidade no país.

Assim como a criação da obra de James Banks sobre as políticas educacionais de multiculturalismo podem ser um sucesso no sistema escolar estadunidense e canadense, aqui no Brasil e em qualquer outro lugar do mundo, uma política de multiculturalismo na educação só teria sucesso com a participação ativa de professores. Pansini e Nenevé (2008) lamentam que o multiculturalismo seja tão deficiente na formação docente no Brasil. A orientação multicultural não é de responsabilidade única da docência, mas ela é fundamental para a formação de um caminho multiculturalista. Segundo eles, um profissional crítico, que ajude no processo de descolonização da didática escolar é um modo positivo de inserção no ambiente multicultural. As universidades têm, portanto, este importante papel de reformulação curricular docente para que o multiculturalismo esteja presente na capacidade crítica não só do professor, mas dos alunos, em estimular a reflexão coletiva e a criação de novas narrativas. A reforma educacional tem que vir do nível primário até o superior, portanto. Pansini e Nenevé afirmam ainda que a linguagem escolar deve igualmente ser alvo de mudança no espaço escolar, pois a atual linguagem reprime grupos minoritários e dominam a linguagem “individualista e mercadológica de consumo”<sup>49</sup>. Eles reforçam que a linguagem dos alunos funciona como uma manifestação cultural, sendo por isso um debate importante para a formação docente e estudantil. A reforma pedagógica não deve atender apenas os interesses do Estado, mas flexibilizar o atual método para que novas vozes possam

---

<sup>49</sup> Disponível em: [http://www.curriculosemfronteiras.org/vol8iss1articles/pansini\\_neneve.pdf](http://www.curriculosemfronteiras.org/vol8iss1articles/pansini_neneve.pdf). Acesso em: 14 out. 2013.

ser ouvidas no ambiente de ensino de uma forma que todos os grupos sociais possam aprender uns com os outros e, desta forma, respeitar quaisquer diferenças, modificando, assim, a atual imposição hegemônica cultural.

De acordo com Antonio Moreira (2001), que defende a linha neoliberal, dimensões de ordem não só acadêmica, mas cultural e política devem ser combinadas na esfera da preparação docente, transformando a intelectualidade do professor em forma de condução social menos opressiva. Moreira suporta que o espaço escolar deve ser envolvido pela ideia de compreender e desequilibrar as relações de poder para um efetivo estudo para a cidadania, que está desgastado, além de apoiar a articulação entre diferentes escolas e delas com as universidades e com grupos da comunidade para que a flexibilização proposta pelo multiculturalismo possa ser possível. Com isso, haveria um novo rumo para as recentes sociedades multiculturais.

O Ministério da Educação, juntamente com o Ministério da Justiça e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), criou a portaria interministerial n. 605, de 20 de maio de 2008, para a implementação de metas com base na Lei 10.639, revelando responsabilidades dos poderes legislativos, bem como dos conselhos de educação municipais, estaduais e nacional. Este projeto, *Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003*<sup>50</sup>, já foi implementado como processo de revisão do Plano Nacional de Educação 2001-2011 e está atualmente inserido no Plano 2012-2022. A portaria também se traduz em uma parceria com ONGs, movimentos sociais, instituições de pesquisa e até mesmo organismos internacionais para o aprimoramento da implementação e valoração da diversidade étnico-racial no sistema educacional brasileiro.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) é uma criação do MEC para trazer soluções de problemas da desigualdade educacional brasileira, abrindo espaço para diálogos com movimentos sociais ou outras organizações interessadas. A Secad trabalha fundamentalmente com foco na inserção de negros na educação escolar de todos os níveis, como é o caso do Programa Diversidade na Universidade (2002), que apoia financeiramente cursos preparatórios de afro-brasileiros e indígenas para vestibulares. Tem foco também na construção de relações sociais que respeitem e valorizem a diversidade brasileira, como é o caso de Fóruns Estaduais, o Programa Brasil Quilombola, formação de professores pelo programa Uniafro e produção de materiais didáticos. A Secad também tem

---

<sup>50</sup>Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=1851&Itemid](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1851&Itemid). Acesso em: 14 out. 2013.

parceira com a Secretaria de Educação Superior (SeSu) para a concessão de bolsas de estudos de nível superior para afro-brasileiros, de origem popular, ou egressos de escolas públicas, denominado ProUni (Programa Universidade para Todos).

Apesar dos esforços, o documento do Plano acusa instabilidade nas metas do projeto e aponta que elas devem atingir uma escala nacional e serem mais sistêmicas pelas secretarias responsáveis. O MEC entende que deve haver o igual reconhecimento do direito da diversidade cultural atuando na esfera pública e defende o aprimoramento das formas organizacionais que ministram as políticas educacionais, mas a total implementação ainda não existe, tampouco uma clara orientação às instituições de nível superior e a outros sistemas e atores estaduais e municipais da área educacional. Deve haver mais investimento político e financeiro.

Por meios didáticos, os negros ainda são associados com negativismos de natureza racista, discriminatória e maligna, sendo o branco apresentado como “condição humana natural”, de acordo com o próprio documento do MEC *Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003*. De acordo com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), os livros devem associar os afro-descendentes positivamente, bem como a cultura afro-brasileira, construindo uma sociedade anti-racista e, desta forma, mais igualitária e tolerante com as diferenças (Edital do PNLD, 2010). Essas iniciativas didáticas pretendem abolir preconceitos não só racistas, mas sexistas e de qualquer outra natureza, em busca de uma hegemonia ideológica social.

O Ministério da Educação é o maior responsável pelas iniciativas educacionais que gerem progressos sociais, mas outros atores atuam em ações dos programas e projetos nas regiões brasileiras onde eles existem, envolvendo organizações da sociedade civil, secretarias de educação e também organizações do sistema das Nações Unidas, como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Entretanto, o mecanismo de avaliação e monitoramento das políticas educacionais ainda está fraco, reconhecimento criticado pelo próprio MEC, que, a partir disso, formulou metas de aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento. Mas até mesmo as metas devem ser mais consolidadas e obter maior participação da sociedade. O próprio documento determina que o acompanhamento das metas deve ser sistêmico para que os recursos financeiros sejam efetivamente utilizados aos cursos destinados.

Na segunda metade da primeira década de 2000, o programa Uniafro já envolvia 18 universidades federais e estaduais no país. Através dos projetos do MEC sobre o assunto, existe um fundo que promove ação afirmativa para a população negra, pois o Uniafro visa



aumentar o acesso dos negros no nível superior<sup>51</sup>.

O ProUni é considerado uma conquista de cunho federal na promoção da igualdade racial. O programa é resultado de lutas de movimentos sociais e promove a concessão de bolsas para alunos carentes ou provenientes de escolas públicas. De acordo com dados oficiais, somente no segundo semestre de 2012, 90.311 bolsas integrais e parciais foram concedidas em todo o país<sup>52</sup>.

O Programa Ciência sem Fronteiras (CSF) também é uma demonstração de cunho multiculturalista, já que ele compreende o fortalecimento, internacionalização e expansão da ciência e tecnologia, bem como da competitividade no Brasil por meio de intercâmbio. Esta parceria entre o Ministério da Educação e o da Ciência, Tecnologia e Inovação, beneficia graduandos e pós-graduandos, trazendo conhecimentos mais consolidados aos estudantes, além de uma experiência multicultural quando em contato com culturas do exterior. A iniciativa também traz estudantes de outros países ao Brasil, bem como cientistas e pesquisadores. Os dados oficiais do CSF<sup>53</sup> refletem que até o mês de outubro de 2013, 30.272 bolsas foram implementadas pelo programa, sendo 80% delas só na área de graduação.

As iniciativas e ações governamentais são muito importantes e demonstram que o governo brasileiro está determinado em aumentar a qualidade educacional do país, mas vale observar que elas existem em algumas regiões, mas não em outras, onde o auxílio educacional também deve ser alvo de atenção. As cidades urbanas estão sendo abraçadas por essas iniciativas do governo, mas muitos estados, especialmente do norte e nordeste do país, sequer têm um número aceitável de escolas de acordo com o número populacional. Ademais, estes investimentos do MEC nem sempre chegam nestas escolas mais carentes, mantendo atrasos educacionais de populações mais humildes.

Da mesma forma que as iniciativas federais de políticas educacionais que defendem um contexto de multiculturalismo por meio do requerimento legal de tolerância e aceitação da diferença não englobam todos os pontos necessários no país e tem problemas de monitoramento para efetivação da proposta governamental, o ensino da língua portuguesa como segunda língua para estrangeiros existe, mas não é nacionalmente amplo. Universidades federais, tais como a UnB em Brasília, a PUC no Rio de Janeiro e a UniSul em Santa Catarina, oferecem o serviço para estrangeiros, que ainda precisa de investimentos mais

---

<sup>51</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6491&catid=202](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6491&catid=202). Acesso em: 14 out. 2013.

<sup>52</sup> Disponível em: [http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Quadros\\_informativos/numero\\_bolsas\\_ofertadas\\_por\\_uf\\_segundo\\_semestre\\_2012.pdf](http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_uf_segundo_semestre_2012.pdf). Acesso em: 14 out. 2013.

<sup>53</sup> Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>. Acesso em: 14 out. 2013.

aprofundados, já que a língua portuguesa já está começando a ser reconhecida como grande candidata a ser a segunda língua mais falada para o turismo, de acordo com o IV Congresso Internacional de Turismo Idiomático<sup>54</sup>, situação que serve de encontro cultural, além de ser economicamente importante para o Brasil.

O português já está entre as 10 línguas mais faladas a nível mundial. Entretanto, apesar da língua portuguesa começar a ter um certo destaque internacional por consequências do nosso crescimento econômico, bem como por sermos o próximo país sede da Copa Mundial, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016, o Brasil ainda não está preparado para atingir um patamar que atenda às necessidades dos estrangeiros, já que esta funcionalidade é também importante para os interesses do país, pois aprimora o fluxo turístico, que colabora para o desenvolvimento econômico. Por meio da Secretaria de Cultura do Museu da Língua Portuguesa, José Carlos Almeida Filho (2009)<sup>55</sup>, que é Doutor em Linguística, afirma que o Português como Língua Estrangeira (PLE) sofre pela ausência de uma “política explícita” para o ensino do PLE e ainda está em estado de pré-organização, apesar de existir desde o final do século passado. Se faz mister uma política oficial que apóie o ensino que já existe, aprimorando-o e desenvolvendo-o nacionalmente e internacionalmente. O novo investimento apoiaria e reforçaria a importância do reconhecimento da língua portuguesa por meio do Exame Nacional de Proficiência, conhecido como Exame Celpe-Bras, criado em 1993 pelo Ministério da Educação e apoiado pelo Ministério das Relações Exteriores. A abertura econômica, profissional e científica de inclusão da língua portuguesa pode influenciar na mudança da situação atual e levar o governo a um novo rumo para o aprimoramento do ensino do português como língua estrangeira.

É importante mencionar um quadro que nem sempre a sociedade prioriza. O português está expandindo, mas o contrário ocorre com as línguas indígenas. De acordo com o Atlas das Línguas Ameaçadas da Unesco<sup>56</sup>, das 190 línguas indígenas faladas no país, 97 estão em estado de vulnerabilidade e 45 já estão em extinção. A situação atual é reflexo do Processo de Nacionalização do Ensino que surgiu no governo de Vargas. Entretanto, a diversidade linguística deve ser retomada para que o Brasil esteja em um patamar de respeito à diversidade cultural.

De acordo com dados da FUNAI<sup>57</sup>, os índios representam 0,4% da população, vivendo em terras indígenas e também em áreas urbanas. Apesar das diferenças linguísticas e culturais,

---

<sup>54</sup> Disponível em: [http://www.turismoidiomatico.org.ar/iv\\_citi\\_circular\\_marzo.pdf](http://www.turismoidiomatico.org.ar/iv_citi_circular_marzo.pdf). Acesso em: 15 out. 2013.

<sup>55</sup> Disponível em: [http://www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto\\_4.pdf](http://www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_4.pdf). Acesso em: 15 out. 2013.

<sup>56</sup> Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/languages-atlas/>. Acesso em: 15 out. 2013.

<sup>57</sup> Disponível em: [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br). Acesso em: 16 out. 2013.

os indígenas são cidadãos brasileiros plenos, com todos os benefícios sociais e previdenciários garantidos, o que traduz em vários movimentos indígenas de várias comunidades que reivindicam seus direitos ou que impedem ações do Estado que ameacem terras indígenas. Vem destes fatos a importância de um maior investimento do Estado para a proteção de valores linguísticos e ao mesmo tempo para uma maior integração na sociedade.

Os desafios nacionais internos também são refletidos de modo internacional, como é o caso do Plano de Ação do Setor Educacional do MERCOSUL 2011-2015<sup>58</sup>, que visa desenvolver políticas mais integracionistas e o desenvolvimento social e regional por meio da educação, mas enfrenta um problema comum em todos os países que participam do Plano: a desigualdade social.

Todos os programas e projetos governamentais mencionados anteriormente são compostos por características multiculturalistas e provam que o governo brasileiro, com apoio da sociedade civil, está traçando um caminho que leva a um sistema mais consolidado de multiculturalismo. Entretanto, as práticas e os problemas internos mostram que a educação ainda precisa atingir um nível mínimo de qualidade para que haja um progresso coletivo na sociedade. Se ainda lutamos pela democracia, o multiculturalismo pode ser entendido como um desafio a ser implementado a longo prazo.

---

<sup>58</sup> Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br/pt-BR/component/jdownloads/finish/7/413.html>. Acesso em: 16 out. 2013.

## CONCLUSÃO

O estudo permitiu compreender que a abertura internacional de uma nação proporciona várias oportunidades para um desenvolvimento social por meio do multiculturalismo. A globalização é uma realidade fundamental no mundo ocidental e provoca a necessidade de mudanças internas e externas em atuações políticas e econômicas no âmbito internacional. O Canadá e o Brasil mostram que países de diferentes perfis sociais e econômicos podem trabalhar em melhorias para a sociedade por meio de esquemas pluralistas. O Canadá iniciou tal processo por interesses econômicos internos. O Brasil teve uma grande pressão da sociedade para a busca de justiça social, sendo também influenciado pela pregação da diversidade cultural que o multiculturalismo traz consigo. Apesar de muito controverso, o multiculturalismo defende que uma sociedade pode viver em harmonia dentro de suas diferenças. O desafio de suas propostas não foi alcançado com a precisão que a sociedade almeja nem mesmo no Canadá, mas o caminho que o processo de busca da justiça social toma já mostra que novos aprimoramentos serão realizados nas sociedades ocidentais, que têm movimentos e protestos como ferramentas de busca de melhorias sociais. A discriminação ainda é abusiva tanto no Canadá quanto no Brasil, mas progrediu grandemente após mudanças governamentais e sociais.

A base que um país precisa para crescer socialmente é por meio da educação. Através dela, os indivíduos de um mesmo território têm oportunidades de crescer pessoalmente, academicamente e profissionalmente. Todo o percurso que a educação proporciona nos indivíduos faz parte do crescimento deles como cidadãos. E a cidadania é um dos pontos-chave para o sucesso na tentativa de eliminar discriminações e aumentar a tolerância da diferença dentro de uma sociedade. O multiculturalismo tenta proporcionar um desenvolvimento dos cidadãos que vai muito além de direitos e deveres estipulados pela lei. Ele visa promover o convívio social da maneira mais harmoniosa e humanitária possível e o Canadá chegou a um ponto importante da sua história quando decretou o multiculturalismo como política oficial da nação. De forma ligeira, o Canadá começa a moldar um novo conceito de cidadania, com mais solidariedade e humanidade nas relações inter-pessoais. Há muito o que conquistar se considerarmos o que prometem seus textos legais, mas o multiculturalismo canadense mudou a história do país e pretende continuar no empenho de formulação de uma sociedade tolerável. As políticas educacionais de multiculturalismo

criadas no Canadá têm papel fundamental para que o sistema seja uma grande realidade e muitos programas governamentais as apoiam federalmente e provincialmente. O governo continua sendo restrito para a aceitação de novos imigrantes, mas os avanços históricos estão claros. A partir de interesses econômicos, o Canadá acabou criando e reconhecendo uma nova visão de cidadania e convívio social que promete ter maiores conquistas.

O Brasil ainda toma passos tímidos em contextos multiculturalistas, mas é visível a tentativa de mostrar que a nação tem interesses de crescimento social por meio do multiculturalismo. O governo brasileiro não oficializou política alguma de multiculturalismo, mas tem na Constituição e em programas governamentais declarações da importância do respeito às diferenças dentro da sociedade e tem concedido benefícios a estrangeiros e brasileiros para que o intercâmbio cultural possa existir e ser desenvolvido e respeitado.

O Canadá e o Brasil têm perfis históricos e de construção política distintos entre si, mas têm certamente algo em comum: a aceitação do multiculturalismo como uma consequência essencial da globalização, que pode levá-lo, mesmo que de formas variadas e peculiares, para vários outros países que tenham abertura econômica internacional e de desenvolvimento social. Afinal, o benefício social é buscado independentemente da nacionalidade. Todos os indivíduos desejam viver em um ambiente justo, com liberdade, investimentos e tolerância. Nesta questão de consentimento, as sociedades de cada nação do mundo formam uma única sociedade, pois buscam aprimoramentos de justiça social. E o atual processo que tem parte nessa realidade e que pode tornar tais buscas possíveis de forma democrática é o multiculturalismo.

## REFERÊNCIAS

- 2011-2012 Annual Report on the Operation of the Canadian Multiculturalism Act. Citizenship and Immigration Canada (CIC), 2013. Disponível em: <http://www.cic.gc.ca/english/pdf/pub/multi-report2012.pdf>
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2012.
- BRASIL. *Investindo na cidadania: o avanço da educação no Brasil*. São Paulo: Premio; Ministério da Educação, 2002.
- BANKS, James; BANKS, Cherry. *Multicultural Education: Issues and Perspectives*. 8. ed. Wiley: Danvers, 2012
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- CARMENT, David; BERCUSON, David. *The World in Canada: Diaspora, Demography, and Domestic Politics*. Montreal & Kingstone: McGill-Queen's University Press, 2008, p.5-15; 206-216.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CHAN, Adrienne S. *Race-Based Policies in Canada: Education and Social Context*. In: JOSHEE, Reva; JOHNSON, Lauri. *Multicultural Education Policies in Canada and the United States*. Toronto: UBC Press, 2007, p.131-143.
- CHAPNICK, Adam. *A Question of Degree: The Prime Minister, Political Leadership, and Canadian Foreign Policy*. In: CARMENT, David; BERCUSON, David. *The World in Canada: Diaspora, Demography, and Domestic Politics*. Montreal & Kingstone: McGill-Queen's University Press, 2008, p.16-30.
- DERWING, Tracey M.; MUNRO, Murray J. *Canadian Policies on Immigrant Language Education*. In: JOSHEE, Reva; JOHNSON, Lauri. *Multicultural Education Policies in Canada and the United States*. Toronto: UBC Press, 2007, p.93-104.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GOURD, Karen. *A Critical Examination of Language Policies and Practices in Canada and the United States*. In: JOSHEE, Reva; JOHNSON, Lauri. *Multicultural Education Policies in Canada and the United States*. Toronto: UBC Press, 2007, p.120-127.
- GRANATSTEIN, J. L. *Multiculturalism and Canadian Foreign Policy*. In: CARMENT, David; BERCUSON, David. *The World in Canada: Diaspora, Demography, and Domestic Politics*. Montreal & Kingstone: McGill-Queen's University Press, 2008, p.78-90.
- GRANT and SLEETER. *Race, class, gender, and disability in the classroom*. In: BANKS, James; BANKS, Cherry. *Multicultural Education: Issues and Perspectives*. 8. ed. Wiley: Danvers, 2012, p.43-59.

GUTMANN, Amy. Introdução. In: TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994, p. 38-50.

HARE, Jan. First Nations Education Policy in Canada: *Building Capacity for Change and Control*. In: JOSHEE, Reva; JOHNSON, Lauri. *Multicultural Education Policies in Canada and the United States*. Toronto: UBC Press, 2007, p.51-66.

JOSHEE, Reva; WINTON, Susan. *Past Crossings: US influences on the Development of Canadian Multicultural Education Policy*. In: JOSHEE, Reva; JOHNSON, Lauri. *Multicultural Education Policies in Canada and the United States*. Toronto: UBC Press, 2007, p.17-27.

LIPPY, Charles. *New faces and pluralism*. In: BANKS, James; BANKS, Cherry. *Multicultural Education: Issues and Perspectives*. 8. ed. Wiley: Danvers, 2012, p.83-100.

MARSHALL, T. H. *Cidadania e Classe Social*. Brasília: Senado Federal, Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2002.

MOREIRA, A. F. B. Currículo, cultura e formação de professores. *Revista Educar*, Curitiba, Editora da UFPR, n. 17, 2001.

PANCIERA, Marlies. *Canada's Multiculturalism Policy: Theory and Practice of an Innovative Approach to Integration*. Saarbrücken: VDM Verlag Dr. Müller GmbH & Co. KG, 2011.

PANSINI, Flávia; NENEVÉ, Miguel. Educação multicultural e formação docente. *Currículo sem Fronteiras*, v. 8, n.1, p-31-48, jan/jun, UNIR: Rondônia, 2008. Disponível em: [http://www.curriculosemfronteiras.org/vol8iss1articles/pansini\\_neneve.pdf](http://www.curriculosemfronteiras.org/vol8iss1articles/pansini_neneve.pdf). Acesso em: 20 out. 2013.

POTTER, Evan. Public Perceptions of Canada-US Relations: Regionalism and Diversity. In: CARMENT, David; BERCUSON, David. *The World in Canada: Diaspora, Demography, and Domestic Politics*. Montreal & Kingstone: McGill-Queen's University Press, 2008, p.149-166.

REQUEJO, Ferran. Pluralismo Cultural e Cidadania Democrática. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* – n. 47 ago. São Paulo, 1999, p. 91-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n47/a06n47.pdf>. Acesso em: 25 jul 2013.

RIDDELL-DIXON, Elizabeth. Assessing the Impact of Recent Immigration Trends on Canadian Foreign Policy. In: CARMENT, David; BERCUSON, David. *The World in Canada: Diaspora, Demography, and Domestic Politics*. Montreal & Kingstone: McGill-Queen's University Press, 2008, p.31-46.

SANSONE, Livio. *Que multiculturalismo se quer para o Brasil?* *Ciência e Cultura*, v. 59, n.2, São Paulo, abr/jun. 2007. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000200013&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000200013&script=sci_arttext). Acesso em: 01 out. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 429-461.  
SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru: EDUSC, 1999.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

TORRES, Carlos Alberto. *Democracia, Educação e Multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado*. Petrópolis: Vozes, 2001, p.86-110; 220-260.

VARGHESE, Manka; STRITIKUS, Tom. *Language Diversity and Schooling*. In: BANKS, James; BANKS, Cherry. *Multicultural Education: Issues and Perspectives*. 8. ed. Wiley: Danvers, 2012, p.219-234.

WANE, Njoki Nathani. *Canadian and American Race-Based Education Policies*. In: JOSHEE, Reva; JOHNSON, Lauri. *Multicultural Education Policies in Canada and the United States*. Toronto: UBC Press, 2007, p.159-163.

WILLINSKY, John. *Política Educacional de Identidade e do Multiculturalismo*. Universidade de Colúmbia Britânica. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro. Vancouver, 2002, p. 29-49.